

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (AFN) Arilson de Oliveira Silva

A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL:
ANÁLISE DA PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2021

CC (AFN) Arilson de Oliveira Silva

A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL:
ANÁLISE DA PRESENÇA DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG (RM1-FN) Jorge Luis de Araújo Mello

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

Dedico este trabalho aos Oficiais do Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais, como símbolo do coroamento de uma carreira de muitas lutas e conquistas.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Patrícia Silva, por ser minha inspiração em todos os meus projetos.

Às minhas filhas Letícia e Isadora, por sua paciência em meus momentos de estudos.

Ao meu orientador CMG (RM1-FN) Mello, por suas valiosas considerações acerca da minha pesquisa.

A diplomacia naval não é apenas um eufemismo da utilização de uma Força Naval para intimidar os demais países, mas sim a implantação de uma ampla gama de atuações de elementos do Poder Naval de um país a fim de alcançar resultados diplomáticos que atendam aos interesses nacionais daquele que a emprega (LE MIÈRE, 2014).

RESUMO

O Ministério da Defesa, por meio da Política Nacional de Defesa, considera o Atlântico Sul como parte do entorno estratégico brasileiro. Nesse sentido, a partir do início do século XXI, houve uma ampliação da presença brasileira naquela região, por meio da participação do País em fóruns políticos e econômicos importantes, como o Fórum Índia-Brasil-África do Sul, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e por meio da realização de acordos de cooperação e de intercâmbios. Por seu turno, a Marinha do Brasil contribuiu com esse processo, desenvolvendo atividades de cooperação junto a países localizados na costa ocidental africana e no Golfo da Guiné, como Angola, Cabo Verde, Namíbia e São Tomé e Príncipe, caracterizadas como atividades de diplomacia naval. Dessa forma, a presente monografia tem por objetivo analisar a presença da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe, no período de 2014 a 2020, e descrever até que ponto as atividades desenvolvidas pela Missão de Assessoria Naval e pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais naquele país colaboram para o propósito da Marinha do Brasil de contribuir para o apoio à política externa na África Ocidental. Para desenvolver o tema, foram realizadas pesquisas bibliográfica e descritiva, abrangendo os principais documentos oficiais brasileiros, como decretos, leis e políticas, os quais oferecem o embasamento legal para atuação da MB no Atlântico Sul. Analisaram-se também relatórios e periódicos atinentes ao tema, os quais apresentam os feitos da Marinha do Brasil naquele entorno estratégico no período considerado. Também foi estudada a Teoria da Diplomacia Naval, que o estrategista Christian Le Mière, em sua obra *Maritime Diplomacy in the 21st Century: Divers and Challenges*, descreve como o uso dos meios marítimos para a condução das relações internacionais em tempos de paz. Além disso, foram pesquisados os conceitos defendidos pelos Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi Moraes, organizadores do compêndio “O Brasil e a Segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul”, atinentes à cooperação em defesa e segurança no entorno estratégico brasileiro. Para completar, foi levada a efeito uma coleta de dados por meio de questionários respondidos pelos Chefes da Missão, pelos Encarregados dos Grupos de Assessoramento Técnico no período supramencionado e pelo atual Embaixador brasileiro acreditado em São Tomé e Príncipe. Como resultado, concluiu-se que a Marinha do Brasil, ao se fazer presente nos países do entorno estratégico, sobretudo em São Tomé e Príncipe, desempenha um importante papel, colaborando para que o propósito de contribuir para o apoio à política externa seja alcançado, à medida que se observa uma significativa demanda pelas capacitações e assessoramentos ofertados aos países que ali se encontram, cujo relacionamento tem sido profícuo. Ademais, depreende-se que os ganhos desse relacionamento, embora discretos, poderão ser percebidos de maneira ampla, por meio da projeção do País como líder regional e protagonista em seu entorno estratégico, fortalecendo a sua imagem dentre as demais nações.

Palavras-chave: Diplomacia. Diplomacia Naval. Política Externa. Entorno estratégico. Atlântico Sul. Marinha do Brasil. Fuzileiros Navais. Grupo de Assessoramento Técnico. Missão de Assessoria Naval. África. São Tomé e Príncipe.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C-Espc-IF -	Curso de Especialização em Infantaria
C-FSD-FN -	Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais
CGCFN -	Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais
CIAMPA -	Centro de Instrução Almirantes Milcíades Portela Alves
CIASC -	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
CPLP -	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EAD -	Ensino à Distância
ECSS -	Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
EMA -	Estado-Maior da Armada
EMGEPROM -	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END -	Estratégia Nacional de Defesa
FASTP -	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FN -	Fuzileiros Navais
GAT-FN-STP -	Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe
GC -	Guarda Costeira
IBAS -	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IMAP -	Instituto Marítimo Portuário
LAEP -	Lancha de Apoio ao Ensino e Patrulha
MAN-STP -	Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe
MB -	Marinha do Brasil
MRE -	Ministério das Relações Exteriores
OM -	Organização Militar
ONG -	Organização Não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PDN -	Política de Defesa Nacional
PND -	Política Nacional de Defesa
PRONAVAL -	Programa do Poder Naval de Angola
STP -	São Tomé e Príncipe
UFN -	Unidade de Fuzileiros Navais
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL	11
2.1	Política externa brasileira no Atlântico Sul	11
2.2	A Política Nacional de Defesa e o apoio à política externa brasileira na África Ocidental	13
2.3	A Marinha do Brasil e o apoio à política externa brasileira na África Ocidental	15
2.3.1	A Marinha do Brasil na República da Namíbia	16
2.3.2	A Marinha do Brasil na República de Cabo Verde	16
2.3.3	A Marinha do Brasil na República de Angola	17
2.3.4	A Marinha do Brasil nas operações e nos exercícios combinados	18
2.4	Diplomacia Naval	19
2.5	Segurança no entorno estratégico	20
3	A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NA COOPERAÇÃO BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	21
3.1	São Tomé e Príncipe, duas ilhas no Golfo da Guiné	22
3.2	As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe	22
3.3	Relações diplomáticas entre o Brasil e São Tomé e Príncipe	23
3.4	Cooperação em Defesa entre o Brasil e São Tomé e Príncipe	24
3.5	A Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe	24
3.5.1	Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe	26
3.5.2	Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe	29
4	CONTRIBUIÇÕES DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA O APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ÁFRICA OCIDENTAL	31
5	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS	
	ANEXO – EXTRATO DO CORREIO ELETRÔNICO DO COMANDANTE DA GUARDA COSTEIRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ENVIADO AO COMANDANTE DA MARINHA DO BRASIL	

1 INTRODUÇÃO

A Política de Defesa Nacional (PDN), promulgada por meio de Decreto Presidencial (BRASIL, 2005), estabeleceu que o entorno estratégico brasileiro vai além do subcontinente da América do Sul, alcançando também todo o Atlântico Sul, incluindo os países limítrofes da costa ocidental da África e do Golfo da Guiné. Como evolução dessa política, a atualmente chamada Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2020) considera essa região de interesse prioritário para o Brasil e enfatiza a busca pelo fortalecimento da cooperação com os países localizados naquele espaço geográfico.

Vale acrescentar que a percepção da importância dessa região para o país resulta do crescimento do interesse do governo, a partir do início do século XXI, em reativar uma agenda de intercâmbios e de cooperação já existente com os países da África (FREITAS; ARAÚJO, 2014), por meio de novos acordos diplomáticos, com foco na expansão das relações comerciais e no apoio mútuo, incluindo a participação em fóruns de diálogos importantes, a partir dos quais foram identificadas oportunidades que favoreceriam tanto o Brasil quanto as demais nações, com vistas ao fortalecimento do País como líder regional.

Além do mais, é perceptível que o Brasil tem assumido destacada importância no cenário internacional, o que se confirma ao considerarmos a sua recente participação em missões das Nações Unidas, no Haiti e no Líbano (BRASIL, 2021), ambas comandadas por Oficiais-Generais brasileiros, alcançando a visibilidade necessária para figurar entre os países que contribuem para a manutenção da paz e para a solução pacífica de conflitos.

No âmbito regional, o Brasil participa do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o qual visa promover alianças e ajudas financeiras entre os três países por meio de projetos de cooperação. Também integra e contribui com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujo objetivo é aprofundar a amizade e a cooperação entre os países-membros. Outro fórum importante do qual faz parte é a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada pelas Nações Unidas com o propósito de aproveitar o potencial socioeconômico da região por meio do multilateralismo, além de contribuir para a segurança no Atlântico Sul.

Dessa forma, o Brasil tem demonstrado sua capacidade de exercer influência entre as nações do seu entorno estratégico, sendo partícipe do processo de aprimoramento das capacidades dos países ali presentes no âmbito da defesa e contribuindo preponderantemente para a segurança no Atlântico Sul, seja por meio da cooperação técnico-militar e pela

participação em operações e exercícios combinados, seja pelo financiamento de meios navais e pela transferência de tecnologia.

Nesse sentido, a Marinha do Brasil (MB), a fim de cumprir o propósito de contribuir para o apoio à política externa brasileira, tem envidado esforços para se fazer presente nessa área geográfica, por meio do estabelecimento de Missões de Assessoria Naval, de Grupos de Assessoramento Técnico e pelo envio de navios e de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais para participação em operações e exercícios combinados, resguardando, por meio dessas atividades, os interesses da nação no Atlântico Sul.

A partir dessas premissas, esta monografia propõe-se a analisar a presença da MB em São Tomé e Príncipe (STP), no período de 2014 a 2020, com o objetivo de identificar a sua possível contribuição para o apoio à política externa brasileira e, com base nesse enfoque, descrever até que ponto a Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe (MAN-STP) e o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GAT-FN-STP) colaboram para o propósito da MB de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental.

Para tanto, pretende-se responder à seguinte questão: até que ponto a MAN-STP e o GAT-FN-STP colaboram para o propósito da MB de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental? Em complemento, a fim de auxiliar na construção da presente pesquisa, serão também respondidas as seguintes perguntas: quais as principais motivações para a presença da MB em São Tomé e Príncipe? Quais são contribuições das atividades desenvolvidas pela MAN-STP e pelo GAT-FN-STP para a relação entre os dois países?

Como resultado da presente pesquisa, pretende-se oferecer à Administração Naval elementos de apoio à tomada de decisões que justifiquem a atuação, a permanência e o incremento do Poder Naval naquela região, especialmente pelo exercício da diplomacia naval.

O presente trabalho foi concebido por meio de pesquisas bibliográfica e descritiva, abrangendo os principais documentos oficiais, como Decretos, Leis e Políticas, os quais oferecem o embasamento legal para a atuação da MB no Atlântico Sul. Analisou-se também relatórios e periódicos atinentes ao tema, que apresentam os feitos da instituição naquele entorno estratégico no período considerado. Também foi estudada a teoria da Diplomacia Naval, que Le Mière¹ (2014) descreve como o uso dos meios marítimos para a condução das relações internacionais em tempos de paz. Além disso, os conceitos defendidos

1 Christian Le Mière é membro sênior das Forças Navais e de Segurança Marítima no Instituto Internacional de Estudos Estratégicos Britânico, Londres.

por Nasser e Moraes² (2014), atinentes à cooperação em defesa e segurança no entorno estratégico brasileiro, sobretudo na costa ocidental da África e no Golfo da Guiné, que propiciam o compartilhamento de oportunidades e desafios comuns. Para completar, foi levada a efeito uma coleta de dados por meio de questionários respondidos pelos Chefes da Missão, pelos Encarregados dos GAT no período de 2014 a 2020, e pelo atual Embaixador brasileiro acreditado no país, cujos resultados contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da presente pesquisa.

Para alcançar esses objetivos, o presente trabalho constitui-se de uma introdução, três capítulos de desenvolvimento e uma conclusão. O capítulo dois aborda os conceitos teóricos e os documentos oficiais que evidenciam os princípios da política externa brasileira que norteiam as atuais relações do Brasil com os países da costa atlântica da África e do Golfo da Guiné, sobretudo STP e, ainda, os documentos que respaldam a aplicação do Poder Naval na costa ocidental da África, realizado por meio de atividades que se caracterizam como Diplomacia Naval. No capítulo três são descritas as principais motivações para o estabelecimento da MAN-STP e do GAT-FN-STP e apresentada uma análise das atividades técnicas e de intercâmbio desenvolvidas no período de 2014 a 2020, entre a MB e a Guarda Costeira (GC) de São Tomé e Príncipe e suas contribuições para a relação entre os dois países. No capítulo quatro descreve-se até que ponto a MAN-STP e o GAT-FN-STP colaboram para o propósito da MB de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental. Finalmente, a conclusão, na qual se observam elementos de apoio à tomada de decisões da Administração Naval, os quais justificam a atuação, a permanência e o incremento do Poder Naval naquela região.

O presente estudo mostra-se relevante por constituir-se em importante ferramenta para a compreensão dos aspectos motivadores da presença do Brasil no Atlântico Sul e dos resultados que têm sido observados nos seis anos alcançados pela pesquisa, especialmente no que se refere às parcerias realizadas entre a MB e as Marinhas das nações amigas daquela região, com destaque para o que ocorre em São Tomé e Príncipe, objeto desse trabalho.

Vale destacar que o lapso temporal da presença da MB naquela região é relativamente curto e os resultados considerados discretos. Assim, a justificativa para esta

2 Reginaldo Mattar Nasser é professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, composto por Unesp, Unicamp e PUC-SP. É mestre em Ciência Política pela Unicamp e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, com área de concentração em Relações Internacionais e Rodrigo Fracalossi de Moraes é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), think-tank com escritórios em Brasília e no Rio de Janeiro. Recebeu seu DPhil em Relações Internacionais da Universidade de Oxford em 2018 e anteriormente lecionou no Programa de Estudos Diplomáticos da Universidade de Oxford.

pesquisa revela-se a partir do momento que ela apresenta uma análise da presença da MB no Atlântico Sul e sua colaboração para o alcance do propósito de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental, podendo converter-se em balizador para a tomada de decisões atinentes a futuros acordos e ao atendimento, pelo Brasil, das demandas apresentadas nos fóruns de discussão sobre o tema da defesa ou, diretamente, pelos países que ali se encontram.

Nesse sentido a compilação e a análise dos fatos observados na cooperação existente em STP contribuirão de forma preponderante para a constatação dos benefícios de tais ações para a política externa brasileira para a África Ocidental, assim como para a identificação das possíveis oportunidades de melhorias.

2 A GEOPOLÍTICA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL

Considerando que, segundo Couto e Silva (1959) citado por Carvalho (2010), a geopolítica pode ser definida como a fundamentação geográfica de linhas de ação no campo político para fins de encaminhamento, pelos representantes diplomáticos, de propostas de diretrizes à luz dos fatores geográficos, este capítulo tem o propósito de detalhar os conceitos teóricos e os documentos oficiais que evidenciam os princípios da política externa brasileira, os quais norteiam as atuais relações do Brasil com os países da costa atlântica da África e do Golfo da Guiné. Também serão expostos os documentos que respaldam a aplicação do Poder Naval na costa ocidental da África em atividades que se caracterizam como Diplomacia Naval.

Busca-se, dessa maneira, demonstrar o contexto geopolítico de atuação do Brasil na África Ocidental, com ênfase nos principais aspectos da diplomacia e da defesa, por meio da exposição dos atos normativos, teorias e fatos observados acerca do tema no período considerado.

2.1 Política externa brasileira no Atlântico Sul

Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil³ estão consolidados na Constituição Federal e norteiam a política externa brasileira (BRASIL, 1988), cabendo ao

3 A CF 1988, em seu Art. 4º, menciona que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - **autodeterminação dos povos**; IV – **não-intervenção**; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - **cooperação entre os povos** para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. (grifo nosso)

Ministério das Relações Exteriores (MRE) assessorar o Presidente da República quanto à formulação e à execução da política exterior do Brasil (BRASIL, 2008). No que se refere à política externa brasileira para a África, segundo Freitas; Araújo (2014), foi a partir do início do século XXI que o governo brasileiro direcionou a sua atenção estratégica para o resgate das relações político-econômicas com os países africanos, há muito existentes, propondo a retomada de uma agenda de diálogo e de cooperação, por meio do fortalecimento da participação em fóruns de caráter político, estratégico e econômico.

Essa política de fortalecimento das relações com os países da África continua em desenvolvimento, sobretudo no âmbito da defesa, o que se constata nas palavras de França (2021), que declara que o Brasil mantém com a África uma crescente e intensa cooperação na área de defesa e de segurança, sobretudo na África Ocidental, compartilhando o Atlântico Sul, considerado como parte do entorno estratégico brasileiro.

Como exemplo dessa política, pode-se mencionar a participação do Brasil no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (IBAS, 2003), que reúne três grandes democracias de três continentes diferentes e que enfrentam desafios semelhantes, com o propósito de promover alianças e ajudas financeiras por meio de projetos de cooperação. Cabe destacar que, por ocasião da primeira reunião desse fórum, formalizado em junho de 2003, obteve-se a “Declaração de Brasília”, que assinalou os objetivos do Fórum, que incluem a promoção da cooperação em diversas áreas como: agricultura, mudanças climáticas e defesa.

Pode-se destacar também a participação do Brasil, como membro fundador, na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), cujo objetivo é aprofundar a amizade e a cooperação entre os países-membros, reunindo iniciativas que promovam o desenvolvimento econômico e social dos seus povos, além da afirmação e da divulgação da língua portuguesa (CPLP, 1996).

A presença do País na CPLP tem propiciado o apoio e a participação do Brasil no desenvolvimento de projetos de cooperação em diversas áreas, sobretudo nos âmbitos da educação, cultura, saúde, tecnologia da informação, defesa, engenharia e meio ambiente, por meio de acordos específicos no escopo da CPLP. Dentre os países que compõem a CPLP⁴, seis deles estão localizados na costa ocidental africana, o que denota a importância daquela região para o Brasil, em virtude das relações multilaterais existentes.

4 A CPLP é formada por nove Estados soberanos, cuja língua oficial ou uma delas é a língua Portuguesa. São eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

O Brasil participa também da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), criada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, cujo objetivo é promover a cooperação econômica, comercial, técnica, científica, política e diplomática e a manutenção da paz, além de evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região. Cabe também a esse fórum, por intermédio do multilateralismo, aproveitar todo o potencial socioeconômico da área em benefício do desenvolvimento daquele espaço geográfico (ONU, 1986).

Na prática, o fórum traduz-se em importante instrumento para a discussão de temas ligados à segurança marítima da região, com vistas a mantê-la livre de armas nucleares, do tráfico de drogas e de armas, do terrorismo, da pirataria e de crimes ambientais (CARVALHO; NUNES, 2013). Ao observarmos os eventos realizados sob a temática da ZOPACAS, como simpósios, operações e exercícios combinados, evidencia-se o interesse do Brasil em valorizar o referido fórum, em virtude da sua importância do contexto oceanopolítico do Atlântico Sul, o que foi mencionado por Patriota (2013) por ocasião da VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, em Montevidéu, Uruguai, ocasião em que destacou que o fato de a ZOPACAS estar inserida no contexto das Nações Unidas demonstra o alcance universal dos princípios e valores que direcionam a cooperação e o diálogo Sul-Atlântico.

Corroborando a relevância da África para a política externa brasileira, o Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França (2021), em recente discurso proferido em homenagem ao dia da África, relembrou as ligações do Brasil com o aquele continente, destacando a presença de representações diplomáticas brasileiras residentes em 35 capitais africanas, assim como a existência de 33 embaixadas africanas residentes em Brasília, com rede consular nas principais capitais. O Diplomata demonstrou, por seu posicionamento, a intenção do Brasil de fortalecer os laços que unem o País ao continente africano, por meio de acordos de cooperação e de desenvolvimento.

2.2 A Política Nacional de Defesa e o apoio à política externa brasileira na África Ocidental

Com o objetivo de dar conhecimento à sociedade e à Comunidade Internacional acerca dos objetivos e das políticas da nação no âmbito da defesa e, de forma transparente, estabelecer um sentimento de confiança mútua entre as nações, foi criado no ano de 2010 o Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2010), documento de caráter público, por meio do qual se permite o acesso ao amplo contexto da Estratégia Nacional de Defesa (END), em

perspectiva de médio e longo prazos, que viabiliza o acompanhamento do orçamento e do planejamento plurianual relativos ao setor (BRASIL, 2020).

Nessa perspectiva, os documentos decorrentes da política de defesa do país registram a vontade do Brasil de ampliar a sua área de influência, buscando aprofundar seus laços de amizade e cooperação, não somente na América do Sul, seu ambiente regional, mas no Atlântico Sul. Esses fatos foram evidenciados já na primeira edição da Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) que atribuiu prioridade aos países da África, com destaque para os da África Austral, como África do Sul e Namíbia, e os de língua portuguesa, como Angola e São Tomé e Príncipe. A partir de sua promulgação, a região da costa ocidental africana passou a figurar como parte do entorno estratégico brasileiro.

Com fundamento na PDN, foi elaborada e promulgada a END (BRASIL, 2008), visando orientar de maneira sistemática os esforços de reorganização e reorientação das Forças Armadas e da Indústria de Material de Defesa, envolvendo os demais setores da sociedade. Por meio do citado documento, vislumbrou-se a oportunidade de se explorar o estreitamento da cooperação entre os países sul-americanos e, por extensão, com os do entorno estratégico brasileiro, cabendo ao MD e às Forças Armadas estimularem o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, de forma a aumentar a presença militar brasileira no entorno estratégico do País, com vistas à manutenção da estabilidade regional.

Como instrumento orientador da defesa brasileira, a agora chamada PND, associada à END (BRASIL, 2012), traduz-se em documento condicionante do planejamento estratégico nacional, visando à defesa dos interesses internos em face das ameaças externas. A versão de 2012 do referido documento resultou de um amplo debate com os mais variados setores da sociedade, estabelecendo as diretrizes para o preparo e o emprego das Forças Armadas em sua missão de defender a Pátria e garantir os Poderes Constitucionais, mantendo o Atlântico Sul e os países limítrofes da África como parte do entorno estratégico e atribuindo prioridade para os países da África Ocidental.

A proposta de atualização da PND e da END foi encaminhada ao Congresso Nacional em 2020 (BRASIL, 2020), refletindo a evolução dos contextos político e socioeconômico do País, levando-se em conta os Objetivos Fundamentais⁵ e os da política externa brasileira, de modo a adequá-la às atuais circunstâncias nacional e internacional. Por

⁵ A CF 1988, em seu Art. 3º, prevê que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

meio do referido documento, o Ministério da Defesa (MD) considera de suma importância que se amplie o ambiente de cooperação com os países que fazem fronteira com o Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas e que o diálogo e a cooperação internacionais serão “instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados” (BRASIL, 2020, p. 27).

Os documentos supramencionados amparam a atuação da MB naquela região, sobretudo por meio de atividades de diplomacia naval, como as de cooperação técnico-militar, de ensino militar naval e de intercâmbio, e ainda, por meio de operações e exercícios militares combinados.

2.3 A Marinha do Brasil e o apoio à política externa brasileira na África Ocidental

A contribuição para o apoio à política externa brasileira caracteriza-se como um dos propósitos da missão da MB, o que se verifica no texto contido na END (BRASIL, 2020). Em virtude disso e a fim de cumprir tal propósito, a MB tem envidado esforços para se fazer presente no entorno estratégico brasileiro, sobretudo na costa ocidental da África, exercendo dessa maneira a Diplomacia Naval, que será detalhada no item 2.4 deste trabalho.

Tais atividades encontram fulcro na Doutrina Militar Naval (DMN) (BRASIL, 2017, p. 7), que se destina a “estabelecer linhas de pensamento e a orientar ações, exposto de forma integrada e harmônica”. A referida doutrina sublinha que o Poder Naval poderá ser empregado em atividades benígnas, constituindo-se em valioso instrumento de política externa de Estado, sendo capaz de influenciar corações e mentes⁶ em favor da diplomacia brasileira, contribuindo para a adoção de medidas favoráveis ao país e dissuadindo as desfavoráveis.

Nesse sentido, a MB faz-se presente naquela região por meio de atividades de intercâmbio e de cooperação com a Namíbia, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, realizadas a partir de acordos bilaterais e de parcerias técnico-militares, por meio do envio de Grupos de Assessoramento Técnico e de Missões de Assessoria Naval e, ainda, pela presença de navios e de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em operações e exercícios militares combinados, que muito contribuem para a troca de experiências e para o fortalecimento dos laços de amizade entre as nações, cujos exemplos serão apresentados nas seções abaixo.

⁶ Conceito baseado na famosa frase dita pelo Presidente norte-americano Lyndon Baines Johnson: “A vitória da América dependerá dos corações e mentes das pessoas que realmente vivem lá (no Vietnã)”, em seu discurso à nação americana (1967).

2.3.1 A Marinha do Brasil na República da Namíbia

Pode-se mencionar como exemplo de atividades de intercâmbio e cooperação o que ocorre na República da Namíbia, país com o qual o Brasil estabeleceu um dos mais destacados acordos de cooperação em defesa com um país africano, sendo a área naval um dos principais eixos do relacionamento entre o Brasil e a Namíbia, incluindo o treinamento de pessoal, o apoio técnico para o processo de levantamento da plataforma continental e para a construção naval (BRASIL, 2021).

A referida cooperação, estabelecida entre a MB e a Marinha da Namíbia no ano de 1994, possui foco na formação militar naval. Segundo Souza e Schwether (2014), por meio dessa cooperação, a MB propôs-se a contribuir para a organização de um Serviço de Patrulha Marítima, com o fim de proteger os interesses daquele país nas águas sob sua jurisdição, além de fornecer embarcações adequadas às suas necessidades e de apoiar no planejamento e no desenvolvimento de uma infraestrutura apropriada à atracação e ao suporte logístico para tais embarcações.

Em continuidade a esse acordo, no ano de 2004, com o apoio da MB, foi criada a Marinha da Namíbia, o que favoreceu ainda mais o processo de consolidação da independência daquele país. Outra iniciativa de destaque foi o apoio na criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, em 2009, efetuado por meio do envio de um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, que até os dias atuais, tem contribuído para a formação dos combatentes anfíbios daquele país (GUADAGNINO, MOREIRA; ARAÚJO, 2015).

O incremento da cooperação com a Namíbia ao longo dos anos propiciou ao Brasil o estabelecimento de uma relação forte de amizade e colaboração, e demonstrou a sua capacidade de difundir a doutrina e a cultura militar naval brasileiras, fortalecendo o seu poder de influenciar nas decisões atinentes à defesa e à segurança no Atlântico Sul. Dessa forma, o Brasil pode relacionar a Namíbia como um dos possíveis apoiadores de suas proposições no contexto geopolítico da África Ocidental.

2.3.2 A Marinha do Brasil na República de Cabo Verde

No ano de 2013 foi criada a Missão de Assessoria Naval do Brasil em Cabo Verde (MAN Cabo Verde), cujo propósito principal é efetuar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira de Cabo Verde, com a vistas à elaboração de uma proposta de acordo de cooperação entre os dois países. A MAN Cabo Verde, que impulsionou a cooperação já

existente, tem também o propósito de administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade no país, assim como assessorar o Embaixador do Brasil em Cabo Verde nos assuntos atinentes à MB (BRASIL, 2013).

Além da cooperação nos assuntos técnico-profissionais, a MAN Cabo Verde promove o incremento da cultura organizacional da Guarda Costeira de Cabo Verde, realizando adestramentos e oficinas sobre os principais temas afetos à vida naval, como liderança e comunicação social, visando ao fortalecimento da cooperação existente entre as duas nações (BRASIL, 2021).

Desde o início, a cooperação da MB com a Guarda Costeira de Cabo Verde demonstra, por meio do crescimento paulatino da presença brasileira naquele país, que o Brasil pode contribuir de maneira preponderante para o fortalecimento dos aspectos da defesa e segurança dos países situados no seu entorno estratégico, por meio do compartilhamento de sua expertise em tais assuntos e, dessa forma, angariar o apoio necessário à sua consolidação como ator importante naquela região.

2.3.3 A Marinha do Brasil na República de Angola

Tendo sido o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (BRASIL, 2014), a história de cooperação entre as duas nações é bastante vasta, resultando em profundos laços culturais, de amizade e fraternidade. Na área de defesa, destaca-se o planejamento e a implementação do Programa do Poder Naval de Angola (PRONAVAL), por meio da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPROM), cujo memorando de entendimentos inclui o desenvolvimento de projetos, a aquisição de navios patrulha, a construção de estaleiros, a manutenção e operação dos navios, estaleiros e sistema de vigilância, a capacitação e a qualificação de pessoal e a assessoria técnica, científica e gerencial (BRASIL, 2014).

Vale dizer que os projetos desenvolvidos entre o Brasil e Angola, por intermédio da MB, além de fortalecerem o histórico relacionamento entre os dois países, propiciam o incremento da indústria de defesa brasileira, percebido na oferta de produtos brasileiros àquele país, o que reforça a demonstração das capacidades do Brasil de apoiar os países limítrofes do seu entorno estratégico.

2.3.4 A Marinha do Brasil nas operações e nos exercícios combinados

Na área de intercâmbio militar-naval, destaca-se a participação da MB nos dois principais exercícios militares realizados no Golfo da Guiné, as Operações *Obangame Express* (AFRICOM, 2021) e *Grand African Nemo* (EUA, 2020), ao lado de países como Angola, Cabo Verde, Camarões, Estados Unidos, Gana, Portugal, Polônia, Senegal e São Tomé e Príncipe, dentre outros.

A Operação *Obangame Express*, conduzida anualmente pelas Forças Navais dos Estados Unidos na África (NAVAF), tem por objetivo melhorar a cooperação regional em apoio ao Código de Conduta de Yaounde⁷ e, ainda, aprimorar a conscientização do domínio marítimo e as práticas de compartilhamento de informações e técnicas de interdição tática para melhorar as capacidades coletivas das nações participantes. Segundo Baze (2021), tal operação permite a difusão de habilidades que possam impactar permanentemente a segurança regional do Atlântico e do Golfo da Guiné, sobretudo quanto ao combate ao tráfico ilegal de armas e de drogas, ao tráfico de pessoas, à migração ilegal, à pirataria e à pesca ilegal.

Já a Operação *Grand African Nemo*⁸, conduzida pela Marinha Francesa no Atlântico, tem o objetivo de treinar os países participantes no sentido de estabelecerem a segurança e a estabilidade marítimas no Golfo da Guiné, aprimorando as capacidades de interoperabilidade, estatuindo padrões de comunicação em prol da segurança marítima regional. Essa operação conta com a participação das Marinhas da França, dos Estados Unidos da América, da Itália e do Brasil, além das Marinhas dos países do continente africano: Senegal, Guiné, Togo, Benin, Nigéria, Gabão, Congo e República Democrática do Congo (EUA, 2020).

Por ocasião de tais eventos, os Navios-Patrolha Oceânicos (NPaOc) brasileiros, participam de simulações de cenários operativos que visam à repressão ao tráfico de entorpecentes e à pirataria, assim como à proteção de plataformas de petróleo, adestrando as tropas presentes quanto aos procedimentos de interrogação, interceptação, acompanhamento de embarcações suspeitas, além da abordagem do Grupo de Visita e Inspeção, contribuindo para o fortalecimento da ZOPACAS, da qual o Brasil faz parte (BRASIL, 2021).

Ao se fazer presente em tais operações, o Brasil coloca-se entre os principais países que atuam na região do Atlântico Sul, especialmente no Golfo da Guiné, área propícia a

⁷ Código de Conduta de Yaounde é a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados da África Central e da África Ocidental sobre a segurança no espaço marítimo comum, assinada em Youande, Camarões, em 25 de junho de 2013 (<https://cggrps.com/wp-content/uploads/DECLARACAO-DE-YAOUNDE-PT.pdf>).

⁸ Grand African Navy's Exercise for Maritime Operations (NEMO) (Grande Marinha Africana, Exercício para Operações Marítimas (NEMO) (Tradução livre).

ocorrência de crimes ligados à pirataria e ao tráfico de produtos e de pessoas, demonstrando a capacidade do Poder Naval de operar em conjunto com as demais Marinhas e de influenciar na defesa e na segurança do entorno estratégico brasileiro.

2.4 Diplomacia Naval

A presença do Brasil no seu entorno estratégico, no âmbito da defesa, tem ocorrido por meio de acordos bilaterais, parcerias técnico-militares e pela participação em operações e exercícios combinados, ações estas que fortalecem as relações entre os países lindeiros a este espaço geográfico e, por consequência, beneficiam o aumento da segurança marítima no Atlântico Sul. No campo das relações internacionais, essas atividades são denominadas ações de Diplomacia Naval.

Para melhor situar o leitor, destaca-se que Macedo (2013) define diplomacia como um dos instrumentos de comunicação entre as nações, exercida por meio dos representantes do MRE, com o objetivo de estabelecer os parâmetros para a identificação de interesses e objetivos do Estado. Nesse contexto, tendo a MB o propósito de contribuir para o apoio à política externa brasileira e defender os interesses do Estado, ao realizar as atividades de cooperação já mencionadas no presente trabalho, entende-se que estará exercendo a diplomacia naval, definida também por Macedo (2013, p. 19) como uma atividade política realizada pelas marinhas de determinado país, sem no entanto interferir na soberania de outros Estados.

Para fins de esclarecimento, em virtude das variadas abordagens sobre a diplomacia naval, não se tratará neste trabalho das interpretações dadas por Cable (1971, p. 21 citado por MACEDO, 2013, p. 23), que a definiu como Diplomacia das Canhoneiras, ou seja, “o uso ou ameaça de força naval limitada, que não é um caso de guerra, tendo em vista obter vantagem ou evitar perda”.

Utilizar-se-á um conceito mais próximo do que foi proposto por Widen (2011), segundo o qual a meta da diplomacia naval é influenciar a política, sendo as mentes e percepções dos formuladores de política nas potências hostis e amigáveis o alvo dessa atividade. Os conceitos aqui utilizados aproximam-se também do que Booth (1977) define como táticas da diplomacia naval, especialmente, as demonstrações estáveis do Poder Naval, a ajuda naval, as visitas operativas e as visitas de boa vontade.

Por fim, serão utilizadas como parâmetro principal as definições constantes na obra do estrategista britânico Le Mière (2014), que apresenta a diplomacia naval como

instrumento que abrange uma gama de atividades de cooperação, não restrita apenas às Marinhas, mas por outros órgãos de interesse do Estado, pois, no seu entendimento, eventos simples podem promover mudanças em nível internacional e, a atuação da diplomacia naval pode propiciar a resolução de conflitos sem o uso da Força.

Ele caracterizou a diplomacia naval em três formas: a cooperativa, a persuasiva e a coercitiva. A forma cooperativa, que engloba as visitas de cortesia a portos de nações amigas, realização de exercícios conjuntos, capacitação e adestramento de pessoal e missões de assistência humanitária, de forma a aumentar a influência e a confiança junto ao país que recebe tal cooperação, dentre as três formas de diplomacia naval apresentadas por Le Mière (2014), é a que mais a MB tem utilizado, o que se percebe pelas características das atividades desenvolvidas no entorno estratégico, quais sejam as realizadas em Angola, Cabo Verde e Namíbia, já mencionadas, e em São Tomé e Príncipe, como será explicado no próximo capítulo.

2.5 Segurança no entorno estratégico

A necessidade de se defender os interesses do Brasil no Atlântico Sul resulta de uma política de expansão das relações com os países que ali se encontram, implementada pelo governo brasileiro com maior ênfase a partir do início do século XXI, e que vigora até os dias atuais. A partir de 2003, foram formalizados diversos acordos multilaterais e bilaterais e, ainda, criados fóruns de diálogo, que favoreceram o estabelecimento de áreas comuns de convívio e de cooperação. Segundo Nasser e Moraes (2014), a existência de um espaço de compartilhamento e de instituições regionais cria a possibilidade de que os desafios e as oportunidades sejam pensados em conjunto, ultrapassando as fronteiras de cada país. Dessa forma, pode-se compreender como primordial o diálogo entre as nações em prol da construção de um ambiente de confiança, segurança e estabilidade no campo das relações internacionais.

Dentre os principais fatores de integração no Atlântico Sul, região propícia à ocorrência de crimes ligados à pirataria e ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, cresce de importância a cooperação em defesa e segurança, sobretudo no Golfo da Guiné (NASSER; MORAES (2014). Segundo esses autores, é por meio da cooperação em defesa que o Brasil procura construir uma identidade comum entre os países, criando uma espécie de cinturão de boa vontade nesse entorno estratégico. Tal interação atua em benefício da proteção dos recursos marítimos daquela região, promovendo a identificação e a redefinição das ameaças e

das possibilidades de intercâmbio, por meio dos quais os países venham a somar forças em prol da segurança regional.

Diante disso, depreende-se que o Brasil almeja exercer influência no seu entorno estratégico e contribuir para a segurança daquela região e a MB, nesse contexto, concorre para o sucesso de tal empreitada por meio de sua atuação junto a Namíbia, a Cabo Verde, a Angola e a São Tomé e Príncipe, por exemplo, nações com as quais foram intensificadas as cooperações técnico-militares a partir de 2003 (VISENTINI; PEREIRA; 2007).

Por intermédio de tais cooperações, tem sido implementados programas de treinamento e de capacitação de militares estrangeiros nas escolas militares brasileiras, como demonstra França (2021), dando conta de que a MB formou mais de mil militares da Marinha da Namíbia em escolas brasileiras, sendo este o maior efetivo de oficiais estrangeiros já capacitados no Brasil.

Há ainda, por meio dos Grupos de Assessoramento Técnico e das Missões de Assessoria Naval, o incremento das capacidades técnicas das Marinhas e Guardas Costeiras de Cabo Verde, da Namíbia e de São Tomé e Príncipe. Acrescente-se também a participação do Brasil junto aos demais países em operações e exercícios combinados, os quais propiciam o intercâmbio e a disseminação de conhecimentos doutrinários, facilitando a interoperabilidade.

Pode-se afirmar que todas essas atividades favorecem a segurança do entorno estratégico brasileiro, visto que, em conjunto, os países que ali se encontram poderão enfrentar os desafios da região de maneira mais contundente, fortalecendo a ideia de promoção da paz e da cooperação, prevista nos objetivos da ZOPACAS e, principalmente, nos objetivos estratégicos brasileiros.

3 A ATUAÇÃO DA MB NA COOPERAÇÃO BRASIL-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A Marinha do Brasil faz-se presente em São Tomé e Príncipe desde o ano de 2014, quando foram estabelecidos o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe e a Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, em atendimento a uma solicitação do país anfitrião e por meio do acordo de cooperação técnico-militar assinado no contexto da CPLP.

3.1 São Tomé e Príncipe, duas ilhas no Golfo da Guiné

São Tomé e Príncipe (STP) é um Estado insular localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe) e diversas ilhotas, totalizando 1001 km², constituindo-se em uma república democrática (SANGUIN, 2014). Segundo o Banco Mundial (2021), STP possui mais de 215 mil habitantes, muitos dos quais de origem estrangeira. Não tendo fronteiras terrestres, situa-se relativamente próximo às Costas do Gabão, da Guiné Equatorial, de Camarões e da Nigéria.

Ao mencionar o contexto político de São Tomé e Príncipe, o Banco Mundial (2021) sustenta que, economicamente, São Tomé e Príncipe enfrenta desafios inerentes aos países pequenos e insulares, possuindo número limitado de trabalhadores e pouca disponibilidade de terras que possibilitem a diversificação da produção. Também concorrem para as suas dificuldades o alto custo das importações e exportações, devido à distância do continente, crescendo de importância a defesa de seu mar territorial, tão necessário para que possa receber os produtos que abastecem o país.

Em virtude disso, segundo Leitão (2016), STP mostra-se dependente das ações de países mais desenvolvidos, como Angola, Brasil e Portugal, seus principais parceiros. Ademais, como membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), beneficia-se das ações implementadas por esse tão importante órgão de cooperação.

3.2 As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe

As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe (FASTP) foram estabelecidas em 1975, data de sua independência, e com o passar dos anos, consolidaram-se como instituições estruturantes do Estado (STP, 2012). A Lei que trata de sua organização, prevê que é de fundamental importância a existência de uma instituição moderna, adaptada às alterações do ambiente geopolítico, estratégico e operacional, que acompanhe a evolução científica e tecnológica e que esteja preparada para fazer frente as novas ameaças (STP, 2012). Por meio dessa lei, o país demonstra que conhece as suas necessidades e que pretende alcançar o nível de preparo e de capacitação necessários à sua própria defesa, em virtude de suas condições políticas e econômicas, o que o faz por meio da cooperação com as nações amigas e que possuem interesses comuns.

A GC, integrante dessa estrutura, destina-se à defesa e à proteção dos interesses econômicos do país no mar sob a jurisdição nacional, e de seu organograma consta a Unidade de Fuzileiros Navais (UFN), subordinada ao Comando de Operações Navais, órgão de apoio à decisão do Comandante da GC (STP, 2012). No início da cooperação entre a MB e a GC, essa

Unidade possuía dois Oficiais e uma Praça que realizaram cursos de formação de fuzileiros navais (FN) na Marinha portuguesa, entre 2005 e 2006 (SILVA, 2014), evidenciando intenção de STP implantar efetivamente uma UFN na estrutura da GC.

Assim sendo, no contexto das relações diplomáticas, a MB, por sua expertise e vasta experiência, revela-se como instituição relevante para o atendimento das demandas apresentadas pelas FASTP, como o apoio na estruturação de uma UFN e no aprimoramento das capacidades técnicas da GC de STP.

3.3 Relações diplomáticas entre o Brasil e São Tomé e Príncipe

As relações entre o Brasil e STP remetem-nos aos séculos XVI e XVII, no período colonial, quando o comércio da cana-de-açúcar era intenso. Devido à sua localização, a colônia funcionava como entreposto comercial entre a África e a Europa, e mais tarde, entre a África e o Brasil. Na época da independência santomense, em 1975, o governo brasileiro aprofundava sua política externa para a África, ampliando as relações diplomáticas com os países daquele continente, como ressalta Visentini; Pereira (2007), ao mencionar que, à época, seis novas embaixadas foram abertas na África, sendo estabelecidas relações comerciais com os países africanos, como a exportação bens de consumo, de automóveis, de alimentos e da construção de infra-estruturas, e a importação de relevantes quantidades de petróleo.

Em 1984, foi assinado em Brasília um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo do Brasil e de STP, que visava contribuir para a aceleração do desenvolvimento social e econômico de ambas as nações (BRASIL, 1988).

No exercício dessa política de expansão do relacionamento com os países africanos, no início do século XXI, o Brasil, emergindo como nova potência econômica, estabeleceu uma política multipolar com vistas a estimular as relações Sul-Sul (SANGUIN, 2014), reforçando a presença brasileira na África, como já mencionado. Além do mais, deu nova dimensão a STP ao inaugurar, em 2003, a Embaixada do Brasil no país, contribuindo para se intensificar e aprofundar as relações bilaterais.

Nas palavras de Leitão (2016), atualmente, a cooperação brasileira caracteriza-se como um dos pilares da atuação da Embaixada. Ele destacou em seu relatório a preocupação de que os projetos desenvolvidos pelo Brasil visem, primordialmente, à capacitação dos gestores locais, para que seja garantida a continuidade e autogestão, sendo os principais projetos concebidos nas áreas de educação, cultura, saúde, agricultura, segurança e defesa.

3.4 Cooperação em defesa entre o Brasil e São Tomé e Príncipe

Como reflexo da vontade do Brasil de expandir a sua influência na África Ocidental, foi assinado no ano de 2010 um acordo de cooperação em defesa entre o Brasil e STP, em aditamento àquele assinado em 1984, com ênfase no aspecto técnico-militar (BRASIL, 2019), cujo objetivo é fortalecer os laços de amizade e de solidariedade entre as partes, por meio da ajuda mútua, da troca de informações e do aprimoramento das capacidades do pessoal militar e dos equipamentos de defesa, em benefício da manutenção da segurança e da estabilidade na região do Golfo da Guiné e, por consequência, do Atlântico Sul.

Convém ressaltar que a referida cooperação desenvolve-se também em consonância com o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (CPLP, 2006), assinado na cidade de Praia, em Cabo Verde, do qual Brasil e STP são signatários, demonstrando a importância da CPLP para o fortalecimento das relações entre os países, promovendo o consequente alinhamento de objetivos comuns e trazendo ganhos para o poder militar de ambos os países, sobretudo nas áreas técnica, operacional e tecnológica.

Desde a assinatura do acordo de cooperação entre o Brasil e STP, diversas foram as iniciativas compartilhadas e os projetos implementados entre os dois países, como a doação por parte do Brasil de meios navais, armamentos e outros equipamentos, assim como a oferta de capacitação de pessoal militar santomense, tanto no país quanto nas escolas militares brasileiras, conforme será detalhado a seguir.

3.5 A Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe

Sendo São Tomé e Príncipe um país insular, localizado no Golfo da Guiné, encontra-se limitado pela Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de outros países, como a Guiné Equatorial, Gabão e Nigéria, Estados continentais que compartilham fronteira marítima com STP (SANGUIN, 2014). Pode-se dizer que naquela região, o estabelecimento da ZEE de 200 milhas, previsto na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM)⁹ promoveu uma verdadeira nacionalização da plataforma continental e o consequente desaparecimento da delimitação do que se convencionou chamar de mar aberto, reduzindo-se a zona econômica santomense.

9 São Tomé e Príncipe é signatário da CNUDM, tratado multilateral celebrado sob recomendação da ONU, em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, o qual define e codifica conceitos herdados do direito internacional consuetudinário, atinente aos assuntos marítimos como mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e outros. (https://www.un.org/depts/los/reference_files/UNCLOS%20Status%20table_ENG.pdf).

Nesse sentido, a existência de uma zona conjunta de desenvolvimento requer que os países ali presentes tenham condições de fazer frente aos diversos desafios em prol do controle marítimo de suas áreas de interesse, a fim de que as controvérsias sejam resolvidas de maneira pacífica, porém incisiva e em igualdade de condições, sobretudo no que concerne à pirataria, ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Em complemento a essa assertiva, Santos (2021, p. 1) assevera que “a crescente atividade de pirataria na região do Golfo da Guiné pode afetar a segurança das linhas de comunicação marítimas no entorno estratégico brasileiro e que a existência de uma tropa especializada, como a que está se formando em STP, é essencial para a redução desse tipo de atividade criminosa”.

Contudo, STP, que deveria ter o mar como prioridade, por si só, não possui meios e capacidades condizentes com as suas necessidades e há indícios de que sua postura em relação aos demais países dessa parte do Atlântico mostra-se bastante passiva e dependente, conforme se constata nas palavras de Sanguin (2014), que apresenta STP como um país sem uma verdadeira estratégia marítima, pela falta de um porto de águas profundas, de uma zona franca, de uma indústria litoral, de uma frota mercantil ou de um pavilhão de conveniência¹⁰.

Dessa maneira, ao se verificar que as deficiências mencionadas por Sanguin (2014) dentre outras, podem impactar diretamente na segurança da navegação no Golfo da Guiné e sendo esta uma região de interesse estratégico para o Brasil, constata-se que o Estado brasileiro tem estabelecido acordos de cooperação, bilateralmente e no âmbito dos fóruns dos quais faz parte, como a CPLP e a ZOPACAS, de forma que possa contribuir para a formação de uma mentalidade marítima que ofereça condições a STP de se preparar efetivamente para as ameaças existentes naquela região.

À vista disso, cumprindo o propósito de contribuir para o apoio à política externa do brasileira, a MB faz-se presente em STP, em atendimento ao acordo de cooperação em defesa assinado entre as duas nações e por meio da MAN-STP e do GAT-FN-STP. Cabe ressaltar que as tratativas para o estabelecimento desse intercâmbio foram iniciadas durante o III Simpósio das Marinhas da CPLP, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2012, cujo tema foi a garantia da defesa e segurança marítimas, em âmbito nacional, regional e global, abordando também a temática da cooperação entre as Marinhas para o monitoramento e o controle do tráfego marítimo nas águas jurisdicionais dos países (CPLP, 2012).

¹⁰ Pavilhões de conveniência são aqueles dos países que combinam as condições extremamente flexíveis de outorga de sua nacionalidade aos navios. Havendo uma regulamentação reduzida em matéria marítima e uma exoneração de impostos sobre os lucros dos armadores, de maneira que os armadores que exploram suas frotas sob esses pavilhões podem assegurar vantagens que dificilmente conseguiriam em seus próprios países. (<https://jus.com.br/artigos/73414/dos-navios-no-direito-internacional-sua-nacionalidade-e-a-questao-do-uso-da-bandeira-de-conveniencia/3>)

Como resultado das discussões ocorridas no referido simpósio e das recomendações da CPLP, o Comandante da GC de STP encaminhou um correio eletrônico ao Comandante da Marinha do Brasil (ANEXO), solicitando a cooperação do Brasil para a estruturação de uma UFN e para a capacitação de militares FN, por meio do envio de uma equipe de instrutores ao seu país, a exemplo do que já é realizado pelo Brasil junto à Marinha da Namíbia. Com base nessa solicitação, decidiu-se pelo envio de um Grupo de Assessoramento Técnico que, segundo Teixeira (2021), tem sido um eficaz instrumento utilizado pela MB para esse tipo de cooperação.

Releva mencionar que as recomendações da CPLP geram um compromisso para os países signatários dos acordos, os quais devem se esforçar para que os objetivos de cooperação em todos os assuntos sejam alcançados, de modo a se fortalecer a concertação político-diplomática entre os Estados-Membros. Além do mais, Werner (2021) ressalta que o apoio brasileiro a um país-membro da CPLP beneficia o relacionamento com demais países-membros dessa Comunidade.

A solicitação feita por STP evidencia o estágio de preparo em que se encontra a MB e a confiança que inspira, tendo reconhecida por outros países a capacidade de difundir as suas doutrina e cultura militares-navais e, dessa forma, ajudar e influenciar na formação das outras Marinhas, destacando-se dentre os países situados no seu ambiente regional.

3.5.1 Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe

Após um reconhecimento *in loco* das condições da GC de STP para a instalação do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais (C-FSD-FN) e um estudo da situação realizados por representantes do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), o CM designou, já no início de 2014, dois oficiais e sete praças para comporem o primeiro GAT-STP-FN, o qual deu início às atividades de capacitação de pessoal previstas no acordo de cooperação, visando à formação dos primeiros fuzileiros navais santomenses pela MB (BRASIL, 2014), a fim de incrementar as capacitações da GC nos aspectos de segurança e defesa. Desde 2014 os grupos vem se sucedendo anualmente.

Durante esse período, o GAT-FN-STP funcionou nas instalações da Guarda Costeira e também no Centro de Instrução Militar das Forças Armadas de STP (SILVA, 2014), executando não somente as atividades relativas ao C-FSD-FN, mas também assessorando o Comandante da GC, sobretudo nos aspectos doutrinários, de pessoal e do material, em

consonância com as necessidades apresentadas por aquele Comandante no que concerne à estruturação da UFN. O funcionamento do GAT-FN-STP nas instalações da instituição apoiada reforça o sentido de cooperação, favorecendo ao intercâmbio não somente nas questões técnico-militares, mas também no campo da cultura e da fraternidade. Assim, os valores morais e comportamentais disseminados pelos militares brasileiros ultrapassam os limites da tão somente capacitação técnico-profissional.

As primeiras atividades de capacitação desenvolvidas pelo GAT-FN-STP foram mencionadas por Guadagnino; Moreira; Araújo (2015), que destacaram as contribuições dadas por esse Grupo de Assessoramento Técnico à GC e sua importância para a MB. Tais ações, desenvolvidas no período de 2014 a 2020, foram direcionadas ao objetivo principal de implantar efetivamente a UFN na estrutura da Guarda Costeira, no valor de uma Companhia a cerca de 120 militares (MONTEIRO, 2021).

Para tanto, foram recrutados os candidatos voluntários dentre os militares oriundos da própria GC e também no Exército santomense, soldados, cabos e sargentos, para realizarem o C-FSD-FN, tornando a carreira de fuzileiro naval uma opção para o serviço militar do país. Nesse período, foram formadas sete turmas de SD-FN em solo santomense e, atualmente, a UFN conta com um efetivo de 126 FN, dos quais 122 foram formados pelos militares brasileiros (MATTOS, 2021).

A realização do curso promoveu grande aproximação da MB, tanto com a GC quanto com o Estado-Maior das Forças Armadas e demais autoridades santomenses, que segundo Uduwanage (2021), observavam de perto o modo como novos FN estavam sendo formados, oferecendo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades e demonstrando apreço pela continuidade da cooperação técnico-militar.

Outra atividade importante, mencionada por Santos (2021) foram as assessorias atinentes ao planejamento e à execução de cursos nas áreas de segurança e ensino, além da realização de adestramento dos FN já formados, visando ao aprimoramento profissional dos componentes da UFN. Tais atividades de formação fornecem aos FN santomenses as capacitações necessárias para atuarem adequadamente em resposta às demandas de seu país, mantendo-se em condições de plena eficiência, sendo esta uma das características dos FN brasileiros.

Houve ainda o assessoramento relativo à estruturação administrativa da OM, sobretudo quanto ao funcionamento do Estado-Maior e das subunidades, culminando com a elaboração do Estatuto e do Plano Estratégico do Corpo de Fuzileiros Navais de STP e,

também, da proposta de um Plano de Carreira específico para os FN (TEIXEIRA, 2021), contribuindo para o aprimoramento da gestão administrativa da GC e, por consequência, para o estreitamento das relações com as FASTP.

No intuito de que a UFN alcance certo grau de autonomia, a exemplo do que ocorre no Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia atualmente, onde as atividades administrativas e de formação são desenvolvidas por militares namibianos (SOUSA; SCHWETHER, 2014), o GAT-FN-STP promoveu atividades de capacitação dos futuros instrutores dos cursos de formação e especialização, por meio de seminários e oficinas de técnicas de ensino, além de ensinar, pelo exemplo, como se conduzem os FN brasileiros no dia a dia da Organização Militar (OM). Em diversas oportunidades, os FN formados nas turmas anteriores atuaram como monitores e depois como instrutores de disciplinas (MONTEIRO, 2021). Tais capacitações contribuem sobremaneira para que a UFN consiga construir sua própria identidade junto aos demais órgãos das Forças Armadas santomenses e, segundo Teixeira (2021, p.1), para que possa alcançar uma “estatura compatível com o país”.

Outra atividade significativa foi o assessoramento direto no planejamento e na participação da recém-criada UFN em exercícios combinados ocorridos entre STP, Brasil e Portugal no mar territorial santomense (WERNER, 2021). Pode se dizer que tais exercícios propiciaram a STP demonstrar o seu grau de aprestamento no campo das atividades típicas dos fuzileiros navais.

Como consequência do bom andamento da cooperação técnico-militar entre o Brasil e STP, foi estabelecida, a partir de 2018, o que se pode chamar de segunda fase da missão, quando ocorreu a formação de duas turmas no Curso de Especialização em Infantaria (C-Espc-IF) para os soldados FN de STP (TEIXEIRA, 2021), aumentando o nível de capacitação profissional da UFN. Esse incremento da capacitação dos militares santomenses surge como fator positivo para o relacionamento entre os países, evidenciando o cumprimento do compromisso brasileiro de ajudar a criar e capacitar a UFN, embrião do que se transformará no Corpo de Fuzileiros Navais de STP. E o nível de preparo dos FN santomenses tem sido percebido pelas autoridades do país, como se pode verificar nas palavras de Reis (2021), que afirma que tais militares tem sido acionados com prioridade para a resolução de problemas internos do país, em relação às demais forças de segurança.

Assim, é provável que, com o passar dos anos, as características operativas da tropa de FN formada pelos militares brasileiros promova um aumento das demandas

direcionadas a essa tropa que, por consequência, conquistará o seu espaço dentre os demais ramos das FASTP, em virtude do seu nível de adestramento e prontidão operativa.

3.5.2 Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe

Objetivando robustecer a cooperação técnico-militar em andamento, ainda em 2014, foi estabelecido o Núcleo da Missão Naval do Brasil em STP (BRASIL, 2014), que em 2020 passou a ser denominado Missão de Assessoria do Brasil em STP, composto por um oficial e uma praça, subordinada ao Estado-Maior da Armada (EMA) e apoiada pela Adidância de Defesa, Naval e do Exército e Aeronáutica em Angola e São Tomé e Príncipe, tendo a atribuição de avaliar e consolidar as reais necessidades da GC, a fim de elaborar uma proposta de acordo de cooperação entre os dois países. A Missão Naval recebeu também as atribuições de acompanhar e apoiar as atividades do GAT-FN-STP, que passou à sua subordinação, de administrar os recursos humanos, materiais e patrimoniais sob sua responsabilidade naquele país e de assessorar o Embaixador brasileiro nos assuntos atinentes à MB.

Cabe destacar que a existência de uma Missão Naval subordinada diretamente ao EMA diminui as distâncias administrativas com o Brasil e facilita o trâmite das demandas concernentes à mencionada cooperação, visto que elas podem ser apresentadas diretamente ao órgão que tem a missão de orientar, coordenar e acompanhar a execução dos esforços de interesse estratégico da MB (BRASIL, 2018).

Dentre as atividades desenvolvidas pela MAN-STP no período de 2014 a 2020, além de apoiar administrativamente a atuação dos GAT-FN-STP, pode-se destacar a assessoria prestada à GC no sentido de mapear os seus principais processos administrativos e operativos, propondo um programa de capacitação de seus militares nas OM do Sistema de Ensino Naval brasileiro. Tal assessoria resultou na elaboração de um documento denominado “Recomendações à Guarda Costeira”, feito em conjunto com os Adidos Navais dos Estados Unidos e de Portugal” (CARVALHO JUNIOR, 2021). Além do mais, nesse período, houve a participação ativa na redação da “Estratégia de Segurança Marítima de São Tomé e Príncipe”, considerada por Carvalho Junior (2021, p. 1) como o “mais importante ponto da cooperação naval brasileira”. O projeto foi transformado em lei (MONTEIRO, 2021), contribuindo de forma preponderante para o fortalecimento dos mecanismos de defesa de STP no contexto geopolítico em que está inserido.

Além das atividades promovidas em solo santomense, a MAN-STP intermediou a parceria entre a Associação Brasileira de Cooperação (ABC) e a MB, para a concessão de bolsas de estudos na área de defesa em cursos realizados no Sistema de Ensino Naval da MB, direcionadas para fuzileiros navais e marinheiros, na forma presencial, em atendimento às demandas apresentadas pela GC. Ademais, com a possibilidade do Ensino à Distância (EAD), foi possível intensificar a oferta de cursos e estágios, a fim de capacitar os militares santomenses nas mais variadas áreas ligadas à busca e salvamento, gestão e sustentabilidade (MONTEIRO, 2021).

No âmbito das doações, a MAN-STP contribuiu preponderantemente para que os equipamentos ofertados pelo Brasil pudessem chegar ao país, transportados pelos navios brasileiros que aportavam em São Tomé e Príncipe. Desde 2014, foram doados diversos itens para o Governo de STP, sobretudo para a GC e para a UFN, como por exemplo: armamentos do tipo FAL 7,62 mm e a correspondente munição, uniformes e equipagens do CFN, além de duas embarcações pneumáticas e uma Lancha de Apoio ao Ensino e Patrulha (LAEP-10) (MOREIRA, 2021), que proporcionaram ao país a capacidade de incrementar o patrulhamento em suas águas.

A MAN-STP, em apoio às atividades da Embaixada brasileira no país, contribuiu ainda no aspecto humanitário, promovendo o transporte de itens de caráter geral, arrecadados por Organizações Não Governamentais (ONG) brasileiras (MATTOS, 2021), fazendo-os chegar à comunidade civil santomense, a título de doação, fortalecendo ainda mais os laços de amizade e cooperação entre os países, além do que é feito no âmbito da defesa (BRASIL, 2021).

O sucesso de tais empreendimentos, implementados pela MAN-STP e pelo GAT-FN-STP, é reconhecido pelas autoridades santomenses e também pelos representantes diplomáticos brasileiros acreditados naquele país, como fica explícito nas palavras de Leitão (2016, p. 7), Embaixador do Brasil em STP no período de 2012 a 2016, que destaca que a MB desenvolve um “projeto de inegável envergadura e muito bem-aceito nos meios locais”. O citado Embaixador, que acompanhou a implantação do GAT-FN-STP e da MAN-STP, considera a presença da MB em STP de singular relevância, tendo em vista os desafios de segurança marítima pelos quais passam os países do Golfo da Guiné, dentre eles São Tomé e Príncipe.

Corroborando as palavras de seu antecessor, o atual Embaixador do Brasil em STP, Coutinho Junior (2021, p. 1), define a atuação da MB, dentre outros aspectos, como uma

relação de confiança e respeito aos anseios daquele país, considerando-a de grande relevância para o relacionamento bilateral entre o Brasil e STP. Relata ainda que a cooperação “ajuda a assegurar a STP a firmeza e o comprometimento da parceria brasileira com os interesses imediatos e estratégicos do país”.

Portanto, considera-se que a MB está em condições de apoiar a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe nos assuntos de defesa e segurança marítima, e às Forças Armadas de STP de maneira geral, contribuindo para a formação de uma Unidade de Fuzileiros Navais santomense com características intrínsecas de uma tropa anfíbia; contribuindo para a melhoria da gestão administrativa da GC; contribuindo para o aprimoramento técnico profissional dos marinheiros e fuzileiros navais santomenses, e proporcionando melhores condições operativas e de pronto emprego dessas instituições.

No campo das relações internacionais, a presença da MB tem propiciado uma relativa visibilidade do Brasil, tanto no meio militar quanto na sociedade civil de STP, o que se percebe também pelo seu envolvimento nas atividades de caráter humanitário, com o transporte de doações para a população carente nos navios da MB, numa ação conjunta entre a MAN-STP e a Embaixada brasileira.

4 CONTRIBUIÇÕES DA MARINHA DO BRASIL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE PARA O APOIO À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA ÁFRICA OCIDENTAL

A existência de efetivos da MB em países da África Ocidental tem promovido um aumento da presença do Estado brasileiro naquela região, visto que desde 2003 foram implementados diversos acordos de cooperação. Nesse sentido, a MB mantém, desde 2014, a MAN-STP e o GAT-FN-STP realizando atividades de cooperação técnica, no campo da defesa, contribuindo para a estruturação da UFN e para o aprimoramento das capacidades da GC.

Sendo assim, o presente capítulo visa descrever até que ponto o trabalho desenvolvido por essa parcela do Poder Naval brasileiro em STP tem colaborado para o propósito da MB de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental.

Pode-se considerar a própria ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul, implementada pela MB, em cumprimento ao que foi estatuído nos documentos de mais alto nível da defesa nacional, quais sejam o Livro Branco de Defesa, a PND e a END, como uma das principais contribuições para o apoio à política externa do Brasil na África Ocidental.

Essa ampliação pode ser constatada pelo incremento paulatino da presença da MB em Angola, em Cabo Verde, na Namíbia e em São Tomé e Príncipe. Nesse contexto, este último país, objeto da presente pesquisa, tem se beneficiado da cooperação empreendida pelo Brasil no âmbito da CPLP, com a instalação da MAN-STP e do GAT-FN-STP desde 2014 e ampliado as suas capacidades técnicas no campo da defesa, com a estruturação da UFN.

Rocha (2014) citado por VELLOSO (2014), afirma que, no Atlântico Sul, verifica-se um aumento na ocorrência de crimes transnacionais que ameaçam a segurança marítima e que os países limítrofes apresentam dificuldades para combater eficazmente essas ameaças. Desse modo, as atividades desenvolvidas pela MAN-STP e pelo GAT-FN-STP, que incluem o aprimoramento das capacidades da GC, podem contribuir eficazmente para que o país possa fazer frente aos desafios em defesa e segurança no Golfo da Guiné, somando forças com o Brasil e com os demais países que ali se localizam, para a manutenção da estabilidade na região, que sofre com a incidência das citadas atividades ilícitas.

Embora São Tomé e Príncipe seja pequeno em extensão e um dos mais carentes de recursos dentre os países daquele espaço geográfico, Coutinho Júnior (2021) ressalta qualquer ampliação das atividades da MB na área do Atlântico Sul deveriam, necessariamente, ter esse país como um dos seus principais centros, pois prover STP de uma posição privilegiada traria impacto positivo para a atuação do Brasil junto à CPLP, bem como o próprio fortalecimento dessa importante organização.

Destaque-se também que as atividades desenvolvidas pela MAN-STP e pelo GAT-FN-STP, caracterizadas como ações de diplomacia naval, contribuem para o fortalecimento da influência do Brasil não só em STP mas, indiretamente, nas demais nações situadas no Atlântico Sul, à medida que essas ações de cooperação propiciam um ambiente de confiança recíproca e simpatia, reforçando laços de amizade e estabelecendo o que se chamou de “cinturão de boa vontade” (NASSER; MORAES, 2014), em benefício da atuação da diplomacia brasileira, que poderá exercer as suas funções com maior facilidade. Dessa maneira, nas palavras de Macedo (2013), o Poder Naval empregado diplomaticamente, permite que o Brasil disponha de uma ferramenta de sinalização política e militar que pode ser utilizada durante uma crise. Nesse caso, STP tenderá a ombrear com o Brasil na solução das questões controversas.

Outro fator que se constitui em contribuição da MB para o apoio política externa brasileira no Atlântico Sul, refere-se ao modo como se desenvolve a cooperação técnico-militar junto a STP, que busca tornar a GC autossustentável em termos de defesa. A exemplo

do que foi realizado na Namíbia, a tarefa da MAN-STP e do GAT-FN-STP visa a não só transmitir a expertise brasileira no âmbito militar naval para a GC e para a recém-criada UFN, mas oferecer instrumentos suficientes para que essa instituição possa ser capaz de gerenciar as suas próprias atividades, capacitar seus militares e efetuar a obtenção e a manutenção dos seus meios, em observância ao princípio da não intervenção nos assuntos internos do país. Esse *modus operandi* da cooperação técnico-militar vai ao encontro do que diz França (2015), que considera um grande desafio fazer com que os projetos desenvolvidos pela cooperação brasileira tenham continuidade em STP.

Resumidamente, pode-se dizer que as contribuições da cooperação militar naval conduzida pela MB em STP trazem benefícios tangíveis e intangíveis em contribuição para apoio à política externa brasileira na África Ocidental, com destaque para a ampliação da presença brasileira naquela região, por meio das atividades da MB, o fortalecimento da influência do Brasil em termos de defesa e segurança no Golfo da Guiné, e a colaboração para tornar a GC autossustentável, de modo que a diplomacia brasileira possa atuar em outras áreas necessárias ao país anfitrião.

5 CONCLUSÃO

As razões pelas quais o Brasil decidiu ampliar a sua área de influência regional, estendendo o seu entorno estratégico até a costa ocidental africana, ficam evidenciadas a partir do início de 2003, com a implementação de uma política de retomada, por parte do governo, de uma agenda de diálogo e cooperação com os países que se localizam naquela região. A referida política visava ao fortalecimento da participação do Brasil em fóruns de caráter econômico, social e estratégico, como o IBAS, a CPLP e a ZOPACAS, no intuito de se fortalecerem os laços que unem o Brasil ao continente africano.

Como resultado dessa política, verifica-se atualmente a presença de representações diplomáticas brasileiras residentes em 35 capitais africanas, assim como a existência de 33 embaixadas africanas residentes em Brasília, com rede consular nas principais capitais.

As políticas contidas no Livro Branco de Defesa, na PND e na END, documentos do mais alto nível político-estratégico, elaborados pelo MD, direcionam as ações de todos os setores da sociedade em prol dos interesses da defesa do país. Acrescente-se que tais documentos contêm orientações claras quanto ao desejo do Estado de ampliar o seu espectro de atuação no entorno estratégico, sobretudo no Atlântico Sul, transformando-o em área de

interesse prioritário e, de maneira sistemática, direcionar os esforços de reorganização e reorientação das Forças Armadas e da Indústria de Material de Defesa. Tais documentos fornecem o amparo legal para a atuação da MB, por meio da realização de acordos de cooperação técnico-militar, de ensino militar-naval e de intercâmbios.

Nesse contexto, constata-se que houve, desde a instituição de tais políticas, uma ampliação da presença brasileira naquela região no âmbito da defesa, principalmente por meio das chamadas atividades de diplomacia naval, implementadas pela MB em países como Angola, Cabo Verde, Namíbia e São Tomé e Príncipe. Foram criadas Missões de Assessoria Naval e enviados Grupos de Assessoramento Técnico, conforme o caso, os quais desenvolvem programas de capacitação, intercâmbio e apoio técnico, além intermediarem o fornecimento de equipamentos, armamentos e embarcações. Por meio de tais cooperações, foram implementados programas de treinamento e capacitação de militares estrangeiros em escolas militares brasileiras, o que contribuiu ainda mais para o fortalecimento das relações entre os países.

Foi também intensificada a participação de navios brasileiros e de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais em operações e exercícios militares combinados, como as Operações *Obangame Express* e *Grand African Nemo*, missões que muito contribuem para a troca de experiências e para o fortalecimento dos laços de amizade entre as nações. Promovem também a demonstração da capacidade do Poder Naval brasileiro de operar em conjunto com as demais Marinhas e de influenciar na defesa e na segurança do entorno estratégico.

Depreende-se, dessa forma, que todas essas atividades beneficiaram o estabelecimento da segurança do entorno estratégico brasileiro, visto que, juntos e bem capacitados, os países poderão fazer frente aos desafios da região em melhores condições, fortalecendo a ideia de promoção da paz e da cooperação, previstos nos acordos bilaterais e multilaterais.

Com o detalhamento das atividades desenvolvidas pela MB em STP, por meio da MAN-STP e do GAT-FN-STP, estabelecidos por solicitação daquele país no âmbito da CPLP, pode-se observar que o objetivo principal da missão era a estruturação da UFN, subordinada à GC, além da assessoria técnica nos assuntos navais, o que foi alcançado durante o período considerado.

Desde 2014, a MAN-STP e o GAT-FN-STP tem cumprido a missão prevista no acordo de cooperação existente entre os dois países, sobretudo quanto à estruturação da UFN,

que hoje conta com um efetivo de 126 FN, dos quais 122 foram formados e especializados pelos militares brasileiros, em sete turmas do C-FSD-FN e duas turmas do C-Espc-IF, aumentando a capacidade técnica da GC, que atualmente possui uma tropa anfíbia de pronto emprego.

Além do mais, verifica-se o assessoramento da MB para a elaboração de documentos importantes para o aprimoramento da defesa de STP, como a proposta de texto para Estratégia de Segurança Marítima de STP, que foi transformado em Lei, o que contribuiu de forma preponderante para o fortalecimento dos mecanismos de defesa de STP no contexto geopolítico em que está inserido. Ademais, foram elaborados o Estatuto e o Plano Estratégico do Corpo de Fuzileiros Navais de STP, além da proposta de Plano de Carreira específico para os FN, evidenciando um incremento na gestão dos assuntos militares.

Observa-se ainda a participação da MB em atividades de caráter humanitário, em apoio ao trabalho realizado pela Embaixada brasileira, que transportou, por meio dos navios brasileiros que fundeiam nas águas santomenses, materiais para doação arrecadados por ONG e que, por intermédio da diplomacia, foram doados para a população carente do país.

Essas atividades, dentre outras mencionadas na presente pesquisa, promoveram uma significativa aproximação entre os dois países, não só no âmbito da defesa, mas também no campo humanitário, proporcionando uma destacada visibilidade do Brasil, tanto no meio militar quanto no meio civil.

Constata-se, dessa maneira que a criação e a manutenção da MAN-STP e do GAT-FN-STP, no período de 2014 a 2020, promoveu a ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul, colaborando para que a MB alcance o propósito de contribuir para o apoio à política externa brasileira na África Ocidental, por atender a uma demanda estratégica do governo brasileiro de cooperação e apoio mútuo com os países localizados naquela região, em benefício do fortalecimento dos laços de amizade existentes entre os países africanos e o Brasil.

Verifica-se ainda que as atividades desenvolvidas pela MAN-STP e pelo GAT-FN-STP, caracterizadas como ações de Diplomacia Naval, contribuem para o fortalecimento da influência do Brasil não só em STP mas, indiretamente, nas demais nações situadas no Atlântico Sul, à medida que essas ações de cooperação propiciam um ambiente de confiança recíproca e de boa vontade, fornecendo argumentos importantes para a ação da diplomacia brasileira.

Constata-se também que o modo como se desenvolve a cooperação técnico-militar junto a STP, preocupada em tornar a UFN e a GC autossustentáveis ao longo do tempo, oferecendo ferramentas suficientes para que essas instituições sejam capazes de gerenciar as suas próprias atividades, capacitar seus militares e efetuar a obtenção e a manutenção dos seus próprios meios, contribuem para que diplomacia brasileira possa, no momento oportuno, direcionar seus esforços para as demais áreas que necessitam de desenvolvimento e colaboração.

Conclui-se que a presença da MB nos países do entorno estratégico, por meio de atividades de diplomacia naval, tem um papel importante para que o propósito de contribuir para o apoio à política externa brasileira seja alcançado, à medida que se observa uma significativa demanda pelas capacitações e assessoramentos oferecidos pela MB aos países que ali se encontram. Ademais, pode-se perceber que a MB tem sido bem-sucedida em seus empreendimentos, visto que o relacionamento do Brasil com Cabo Verde, Namíbia, Angola e São Tomé e Príncipe tem sido bastante profícuo.

Pode-se, no entanto, pensar que a cooperação brasileira junto a esses países tem sido uma via de mão única, já que o Brasil parece doar mais que receber. Porém, este autor entende que, no campo político e das relações exteriores, essa aproximação com o continente africano não visa à obtenção de resultados em curto prazo. Ao contrário, visa ao estabelecimento de uma relação profícua e que renda frutos por longo tempo. Assim, os ganhos desse relacionamento poderão ser percebidos de maneira ampla, por meio da projeção do país, possivelmente, como líder regional e protagonista no seu entorno estratégico, fortalecendo sua imagem dentre as demais nações.

Essa pode ser considerada a principal contribuição da MB para o apoio à política externa brasileira para a África Ocidental e um bom parâmetro para a tomada de decisão quanto à atuação, a permanência e o incremento do Poder Naval na costa ocidental africana.

REFERÊNCIAS

AFRICOM. Comando dos Estados Unidos para a África. OBANGAME Express. **O exercício Obangame Express 2021 ocorreu de 14 a 27 de março no Golfo da Guiné e no Oceano Atlântico.** África, 2021. Disponível em:

<<https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BANCO MUNDIAL. Banco Mundial em São Tomé e Príncipe. **São Tomé e Príncipe é um arquipélago de pouco mais de 1.000 quilômetros quadrados no Golfo da Guiné e uma das menores economias da África.** 22 de abril de 2021 . Disponível em:

<<https://www.worldbank.org/en/country/saotome>> Acesso em: 5 de jul. 2021.

BAZE, Michael. OBANGAME Express. **O exercício Obangame Express 2021 ocorreu de 14 a 27 de março no Golfo da Guiné e no Oceano Atlântico.** África, 2021. Disponível em: <<https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

BOOTH, Ken. **Navies and foreign policy.** London: Croom Helm, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF, 1988: Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Decreto Legislativo n. 11 de 20 de fevereiro de 2019. Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 10 de novembro de 2010, e a sua Emenda por troca de notas ocorrida entre abril e julho de 2017. Brasília, DF. 2019. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 22 fev. 2019. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2019/decretolegislativo-11-20-fevereiro-2019-787729-norma-pl.html>>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. Decreto n. 5.484 de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 1 jul. 2005. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 95.943 de 21 de abril de 1988. Promulga o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República de São Tomé e Príncipe. Brasília, DF. 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 22 abr. 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D95943.htm>. 6 ago. 2021.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: **Doutrina Militar Naval.** Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, DF. 2008.

BRASIL. Lei Complementar n. 136 de 25 de agosto de 2010. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Determina, por meio do §1º do Art. 9º a implantação do Livro Branco de Defesa Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 1º ago. 2021.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF. 2020.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Portaria n. 247 de 28 de agosto de 2018**. Aprova o Regulamento do Estado-Maior da Armada (EMA). Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Marinha do Brasil promove ações humanitárias em São Tomé e Príncipe**. Brasília, DF. 31 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-promove-acoes-humanitarias-em-sao-tome-e-principe>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Missão de Assessoria Naval auxilia Guarda Costeira de Cabo Verde em reparo de navio inoperante há dez anos**. Brasília, DF, 08 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/missao-de-assessoria-naval-auxilia-guarda-costeira-de-cabo-verde-em-reparo-de-navio>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. **Navio-Patrolha Oceânico “Araguari” atraca em Walvis Bay, durante “Obangame Express – 2021”**. Brasília, DF. 15 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-patrolha-oceanico-araguari-atraca-em-walvis-bay-durante-obangame-express-2021>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria n. 7/MB, de 8 de janeiro de 2014. Designação de militares para realizar intercâmbio compondo o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN-STP) junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 8 de janeiro de 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 09 jan. 14. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/64578894/dou-secao-2-09-01-2014-pg-5>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria n. 336/MB, de 17 de novembro de 2020. Altera a denominação do Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe para Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 17 de novembro de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 jun. 2020. Disponível em: <in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-336/mb-de-17-de-novembro-de-2020-289195371>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria n. 444/MB de 12 de agosto de 2013, alterada pela Portaria n. 335/MB de 17 de novembro de 2020. Cria a Missão de Assessoria Naval de Cabo Verde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 nov. 2020. Seção 1. p. 14. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/11/2020&jornal=515&pagina=14>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Marinha do Brasil. Portaria n. 533/MB, de 10 de novembro de 2014. Cria o Núcleo da Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe. Brasília, 2014. **Boletim da Marinha do Brasil, Tomo I (Administrativo)**. Brasília, DF, 03 nov. 2014. Disponível em:

<<https://www.marinha.mil.br/dadm/sites/www.marinha.mil.br.dadm/files/Bol%20Adm%2011%202014.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde**. Brasília, DF, 21 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-defesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. Brasília, DF, 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu>. Acesso em: 6 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Memorando de entendimento técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola no âmbito da cooperação sobre o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola – PRONAVAL**. Brasília, DF, 06 set. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2014/mes09/memoranda_dea_entendimtoa_brasila_angola.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **IBAS – Fórum de Diálogo entre Brasil, Índia e África do Sul**. 17 de junho de 2010, atualizado em 30 de novembro de 2019. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/ibas/ibas-forum-de-dialogo-entre-india-brasil-e-africa-do-sul>>. Acesso em: 1º ago. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-da-namibia>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Portaria n. 212/MRE, de 30 de abril 2008**. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), que dispõe sobre a Organização Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **República de Angola**. Brasília, DF, 13 jun. 2014, atualizado em 16 jun. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, DF, 2012. No prelo. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020. No prelo. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CABLE, James. **Gunboat diplomacy**. London: Chatto and Windus, 1971.

CARVALHO, Josiane Rocha; NUNES, Raul Cavedon. **A ZOPACAS no contexto da geopolítica do Atlântico Sul: história e desafios atuais**. 20 p. Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/64965>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 132p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/627_geopolitica_brasileira_e_relacoes_internacionais.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2021.

CARVALHO JUNIOR, Mario Orlando de. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

COUTINHO JUNIOR, Vilmar Rogeiro. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

COUTO E SILVA, General Golbery do. Linhas tradicionais. In: **Geopolítica e Poder**, p. 145-157 *apud* CARVALHO, Thiago Bonfada de. Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 132p. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/627_geopolitica_brasileira_e_relacoes_internacionais.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2021.

CPLP. **Ata do III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Brasil. 10 de maio de 2012. Disponível em: <https://cplp.defesa.pt/Marinhas%20da%20CPLP/20120510_III%20SMCPLP_Atata_RioJaneiro2012.pdf?Mobile=1&Source=%2F%5Flayouts%2Fmobile%2Fview%2Easpx%3FList%3Daef622c0%252D1464%252D4313%252Dba80%252Db162da028107%26View%3Daabe174c%252D6614%252D4934%252D95e2%252D11830f6a18ab%26CurrentPage%3D1>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CPLP. **Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP**, Lisboa, Portugal, 1996. Disponível em: <<https://www.cplp.org/id-3869.aspx>> . Acesso em: 25 jul. 2021.

CPLP. **Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no domínio da Defesa**. Praia, Cabo Verde. 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/Protocolo-de-Cooperacao-da-CPLP-no-Dominio-da-Defesa-Set-2006.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

EUA. America's Navy. **USS Hershel “Woody” Williams junta-se aos aliados, parceiros para o exercício Grande Africano NEMO**. África, 10 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.navy.mil/Press-Office/News-Stories/Article/2379009/uss-hershel-woody-williams-joins-allies-partners-for-exercise-grand-african-nemo/>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. **Intervenção do Ministro Carlos França pela celebração do Dia da África**. Brasília, DF. 25 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/intervencao-do-ministro-carlos-franca-pela-celebracao-do-dia-da-africa-brasilia-25-05-2021>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

FREITAS, Jeane Silva de; ARAÚJO, Wemblley Lucena de; **A Política Externa Brasileira para a África: o envolvimento do Brasil nas operações de paz como instrumento de inserção internacional no continente africano**. 2014. Revista Política Hoje, 1ª Ed, Volume 23, p. 105-121, Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3744>> Acesso em: 5 jun. 2021.

GUADAGNINO, Luiz Guilherme Dias; MOREIRA, Marcelo Vidal; e ARAÚJO, Alexandre Soares. Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais, uma contribuição da Marinha para a Política Externa Brasileira. **O Anfibio**, Revista do Corpo de Fuzileiros Navais, nº 33, p. 9, 2015.

IBAS. FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL . **Declaração de Brasília**. 06 de junho de 2003. Brasília, DF, 2003. 4 p. Disponível em:

<<https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/cooperacao-internacional/ibas-declaracao-de-brasilia.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

LEITÃO, José Carlos de Araújo. **Relatório de Gestão do Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe**. 2016. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4085648>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LE MIÈRE, Christian. *Maritime Diplomacy in 21st Century: Drivers and Challenges*. New York: Ed Routledge, 2014. 147 p.

MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. **Perspectivas da Diplomacia Naval**, Rio de Janeiro, 2013. Rev. Esc. Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.19, n. 2, p. 391 - 410 , jul./dez. 2013.

MATTOS, Igor do Nascimento. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfibio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, ed. extra, 113p, out. 2010.

MONTEIRO, Rafael Zeque. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

MOREIRA, Marcelo Vidal. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Org). **O Brasil e a segurança do seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul**. Brasília, DF: Ipea, 2014. 284 p.

ONU. **Resolution 41/11 - Zone of peace and co-operation of the South Atlantic**. New York, USA. 1986. Disponível em: <<https://undocs.org/en/A/RES/41/11>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Texto-base do discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. 15 de janeiro de 2013. Montevidéo, Uruguai. 2013. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e>>

entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/vii-reuniao-ministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-montevideu-15-de-janeiro-de-2013>. Acesso em: 1º ago. 2021.

REIS, Diego Luiz dos. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

ROCHA, Flávio Vianna. **O Estado-Maior da Armada e os Desafios do Século XXI**. Visita de Estudos do Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval - 2014. Brasília. 2014. Palestra.

SANGUIN, André-Louis, **São Tomé e Príncipe, as ilhas do meio do mundo: Avaliação Crítica sobre sua geografia política**. 2014. Tradução de Aniel Lima dos Santos, Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia, nº 20/2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/9018>>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SANTOS, Cristiano Argemiro dos. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. **Currículo do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais (C-FSD-FN-STP)**. São Tomé, 15 de julho de 2014.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Orgânica das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. Decreto-Lei nº 9/2012. 7 de maio de 2012. **Diário da República**. 17 maio 2012.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Texto Final da Proposta de Resolução n.º41/X/7.ª/2017 – Acordo de Cooperação Entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe No Domínio da Fiscalização Conjunta de Espaços Marítimos sob a Soberania ou Jurisdição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. 13 de fevereiro de 2018. **Diário da República**. 14 fev. 2018.

SILVA, Arilson de Oliveira. **O surgimento dos Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe**. São Tomé. 2017. 71 p. Não publicado.

SOUSA, Tamires Aparecida Ferreira, e SHWETHER. Natália Diniz. **Um novo despertar para a África, a fronteira oriental brasileira: o caso dos Fuzileiros Navais na Namíbia**. Revista Escola Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 435 – 453, jul./dez. 2014.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

UDUWANAGE, Charles Pereira. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

VELLOSO, Ludovico Alexandre Cunha. **O Brasil e os Países da Costa Oeste Africana e a Segurança Marítima do Atlântico Sul: Os Desafios do Poder Naval Brasileiro para a Segurança Marítima no Golfo da Guiné: o caso da Nigéria**. 2014. 145 f. Monografia. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analucia Danielevicz. **A política africana do governo Lula**. UFRGS. 2007. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2021.

WERNER, Carlos Frederico. Inédito. Rio de Janeiro. 2021. Entrevista concedida ao autor, por meio de questionário (APÊNDICE).

WIDEN, J. J. **Naval Diplomacy – A Theoretical approach. diplomacy and statecraft**. London: Routledge, 2011.

APÊNDICE - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

I – Entrevista com o Senhor Vilmar Rogeiro Coutinho Junior, Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

1) Dentre os princípios observados pela Política externa brasileira, quais norteiam as atuais relações com os países da costa atlântica da África e do Golfo da Guiné, sobretudo, com São Tomé e Príncipe?

Dentre os princípios básicos definidos na Constituição Federal que orientam as relações internacionais do Brasil são relevantes para nosso relacionamento com países da costa atlântica da África em geral e, em particular, os da região do Golfo da Guiné, os referentes ao reconhecimento da igualdade entre Estados soberanos, à defesa e promoção da paz, ao repúdio ao terrorismo e ao racismo(entendido em sentido amplo para abarcar as ameaças presentes na região do Golfo da Guiné, tais como a pirataria, a pesca ilegal e o sequestro de pessoas) e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Face às ameaças à segurança de vários países, bem como à navegação internacional, prevalentes na região do Golfo da Guiné, há necessidade de intensa cooperação e coordenação de ações entre Estados soberanos, cada qual sendo respeitado como um parceiro em pé de igualdade com os demais, para o efetivo combate àquelas ações, as quais têm potencial de provocar problemas econômicos e políticos mais graves ainda para os países da região. Sendo o Atlântico Sul uma região de interesse estratégico para a defesa e segurança do nosso país, o Brasil procura, sempre que possível, participar de ações conjuntas e exercícios navais no Golfo da Guiné, tendo em conta que este está situado em um dos vértices daquela região e diretamente de face à costa brasileira.

No caso específico de nossas relações com São Tomé e Príncipe, é particularmente relevante a cooperação para o progresso e o desenvolvimento econômico deste nosso país irmão com o qual compartilhamos uma herança cultural e a Língua Portuguesa. A cooperação técnica entre os dois países tem sido bastante intensa e se enquadra na lógica da parceria consubstanciada no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2) Qual a relevância do Golfo da Guiné para a atual política externa brasileira e, particularmente, de São Tomé e Príncipe?

Como assinalado acima, a localização de São Tomé e Príncipe, justamente em um dos vértices do enorme quadrilátero de vital importância para a segurança do nosso país, representado pelo Atlântico Sul, e simultaneamente no cerne do Golfo da Guiné, zona conturbada pelos fenômenos já citados, mostra-se de grande importância estratégica para o Brasil. Mantemos relevante tráfego comercial marítimo com alguns importantes parceiros naquela área, tais como Nigéria, Camarões e Gana, e cumpre salvaguardá-lo das ameaças que se apresentam.

No caso de São Tomé e Príncipe, o interesse principal para nossa política externa está relacionado a nossos interesses estratégicos no âmbito da CPLP. Nesse contexto, entretanto, a segurança deste país e sua defesa contra as ameaças presentes no Golfo da Guiné também é relevante para nossos interesses.

3) Desde o ano de 2014, a Marinha do Brasil mantém uma cooperação com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, por meio de uma Missão Naval e de um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, fortalecendo dessa forma a aproximação com aquele país no contexto da Defesa. Sob a vossa ótica, de que maneira essa cooperação tem contribuído para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

A atuação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe mostra-se contribuição de grande relevância para o nosso relacionamento bilateral. Não apenas representa uma parte importante de nossa cooperação bilateral em sentido mais amplo, para além da cooperação técnica, mas também ajuda a assegurar a São Tomé e Príncipe a firmeza e o comprometimento da parceria brasileira com os interesses imediatos e estratégicos do país. As visitas de navios da Marinha do Brasil ao porto de São Tomé, que se vêm repetindo em base anual desde 2016, constituem importantes ações simbólicas de diplomacia, ademais de terem um sentido prático ao proporcionar, por exemplo, a oportunidade de transporte de doações para as camadas carentes de um país com escassos recursos, as quais, em vista do tamanho reduzido da população santomense, ainda que de pequena monta, têm importante impacto positivo para a imagem do Brasil e para a atuação da Embaixada do Brasil em São Tomé.

4) Quais aspectos deveriam ser considerados pela Marinha do Brasil, no caso de um possível incremento dessa cooperação militar, de forma a contribuir ainda mais com a diplomacia brasileira em São Tomé e Príncipe e quais são os principais óbices para sua implementação?

A importante contribuição que a Marinha do Brasil presta às relações do Brasil com São Tomé e Príncipe poderia aprofundar-se por meio da ampliação do leque de ações de assistência prestada à Guarda Costeira santomense, possivelmente com intensificação de cursos de formação e, talvez com impacto mais relevante, estabelecimento de programas de treinamento e de exercícios conjuntos, os quais poderiam realizar-se em intervalos regulares. Isto claramente implicaria também a intensificação da presença de navios da Marinha do Brasil no país e, por extensão, no Golfo da Guiné, o que, por outro lado, aumentaria a visibilidade de nossa colaboração no combate às ameaças que assolam essa região, reforçando nossas relações bilaterais, não só com São Tomé e Príncipe, mas também com outros países.

O principal obstáculo para a consecução de ações como as indicadas acima será provavelmente a limitação de recursos orçamentários para tanto, tendo em vista também a necessidade de direcionamento equilibrado em relação a demais ações estratégicas da Marinha do Brasil em outros cenários geográficos.

5) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que contribuam para a presente pesquisa?

Embora São Tomé e Príncipe seja um dos menores países e um dos mais carentes de recursos da região do Golfo da Guiné, com conseqüente reduzido peso político e econômico perante países vizinhos, sua localização geográfica à entrada dessa região conturbada e ao mesmo tempo, como assinalado acima, em um dos vértices do quadrilátero estratégico para nós do Atlântico Sul, qualquer presença ampliada da Marinha do Brasil na área deveria idealmente ter este país como um de seus principais centros. O uso da Língua Portuguesa pode revelar-se fator importante para desenvolver ações que eventualmente tenham que contar com recrutamento de contingentes locais. Prover São Tomé e Príncipe de uma posição privilegiada numa presença mais expressiva da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné também traria impacto positivo para nossa atuação na CPLP, bem como para o próprio fortalecimento dessa organização.

II – Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Marcelo Vidal Moreira, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2014 a 2015.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

A Marinha do Brasil recebeu uma solicitação da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe para envio de um Grupo de Assessoramento Técnico para contribuir com a Formação dos Fuzileiros Navais do país. Tal fato confirma a credibilidade que a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais construíram após a atuação no desenvolvimento da Marinha da Namíbia. Além disso, existem laços históricos que unem os dois países, como a colonização portuguesa, a língua portuguesa e a parcela de nossa população com ascendentes africanos.

Com relação à Marinha do Brasil, os laços de amizade e confiança que se estabelecem com este tipo de parceria acabam por contribuir com a segurança do Atlântico do Sul, área de interesse do nosso país, pois a formação de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe visavam a fortalecer a Guarda Costeira do país no combate à pirataria no Golfo da Guiné.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2014 a 2015?

Durante o período o ano de 2014, além da formação da primeira Turma de Soldados Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe, houve a doação por parte da Marinha do Brasil de uma embarcação LAEP-10, além de armas, embarcações pneumáticas, equipagens e munições.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

Tais ações aumentaram a capacidade do país de atuar no combate a pirataria no Golfo da Guiné, trazendo maior segurança em suas águas jurisdicionais e reforçando a robusta atuação da política externa brasileira em São Tomé e Príncipe.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

Sugiro que os demais Oficiais que me sucederam também sejam ouvidos, para que sua monografia possa abranger um período mais extenso desta cooperação.

III – Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Charles Pereira Uduwanage, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2015-2016.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

Acredito que a intenção da MB, ao iniciar a Missão Naval em STP, era de expandir a área de influência brasileira alcançando, desta forma, o Golfo da Guiné, região de interesse estratégico para o Brasil.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2015 a 2016?

A principal atividade desenvolvida foi a formação de uma turma de Fuzileiros Navais para a Guarda Costeira de STP. Ao término do curso, os novos Fuzileiros Navais estavam aptos a realizarem as seguintes atividades: Patrulhas de Reconhecimento e de Combate, Operações com bote, Operações Militares em Área Urbana, Ordem Unida, Tiro com armas longas e curtas e Operações Anfíbias.

Além disso, foram doados uniformes, ração operacional, alimentos diversos, e utensílios e palamentas de cozinha, para a confecção do rancho dos alunos.

O GAT-FN STP também assessorava o Embaixador do Brasil nos assuntos relacionados a participação da MB na formação dos FN de STP.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

As atividades desenvolvidas pelo GAT-FN-STP permitiram uma aproximação muito grande entre a MB e a Guarda Costeira de STP, bem como, com o Estado Maior das Forças

Armadas de STP, que observou de perto como estavam sendo formados os novos FN do seu país. Em várias ocasiões, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de STP elogiou o profissionalismo e a dedicação dos instrutores brasileiros, demonstrando grande interesse pela continuidade do intercâmbio.

A formação dos FN de STP foi considerada tão boa que, devido as novas capacitações que esta tropa trouxe ao país, a Companhia de Fuzileiros Navais da Guarda Costeira de STP passou a ter o status de tropa de elite, recebendo, inclusive, um aumento do soldo em relação aos demais membros das Forças Armadas daquele país.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

Ressalto a forma extremamente cortês e profissional com que o nosso GAT foi recebido, tanto pelas autoridades de STP, quanto pelo Embaixador brasileiro, o que facilitou, sobremaneira, o desempenho das atividades no Curso de Formação de FN.

IV - Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Cristiano Argemiro dos Santos, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2016 a 2017.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

A crescente atividade de pirataria na região do Golfo da Guiné pode afetar a segurança das Linhas de Comunicações Marítimas no entorno estratégico brasileiro, elevando o preço do frete de produtos brasileiros no exterior e de produtos estrangeiros com destino ao Brasil. A existência de uma tropa especializada com conhecimento em Vistoria e Inspeção de embarcações em um país do Golfo da Guiné como (São Tomé e Príncipe) STP, que possui extenso Mar Territorial, é essencial para a redução deste tipo de atividade criminosa.

Um número elevado de brasileiros reside na África Ocidental em virtude de relações comerciais, industriais, militares. Logo se torna importante que o Brasil tenha boas relações com países como São Tomé e Príncipe, que em caso de emergências possam apoiar logisticamente operações de evacuação de cidadãos brasileiros.

O fato de o Brasil estar buscando atender uma solicitação de ajuda de STP, para criação do Corpo de Fuzileiros de STP possibilita o estreitamento do relacionamento com países do entorno estratégico brasileiro e reforça o estabelecimento de relações políticas, econômicas e militares, além de dificultar influências de potências externas e o desenvolvimento de políticas avessas aos interesses brasileiros.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2016 a 2017?

Foram desenvolvidas assessorias voltadas ao planejamento e execução de adestramento, estruturação administrativa, admissão, fluxo de carreira, reserva, estruturação e funcionamento de Estado Maior. Além disto, foi organizado o Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais e o Curso de Segurança e Proteção de Autoridades. Foram doados uniformes, equipamentos individuais básicos de combate, equipamentos de segurança e de apoio a saúde e os armamentos e munições necessários para o desenvolvimento das atividades previstas. O Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais ainda intermediava e efetuava as ligações necessárias para que fossem atendidas demandas de intercâmbios e cursos no Brasil para Fuzileiros Navais santomenses.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

Implementou uma postura proativa, permitindo o acompanhamento da situação em seu entorno estratégico, permitiu estreitamento das relações com um país com posicionamento estratégico em uma região com problemas potenciais elevados em termos de pirataria e exploração de petróleo e permite a possibilidade do estabelecimento de relacionamentos político, econômico e militar com STP.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

Em termos de exemplo, STP possui uma Zona Econômica Exclusiva de grandes dimensões, em função de o país ser composto por duas ilhas afastadas em aproximadamente 300km. O fato de países vizinhos, como a Nigéria, possuírem reservas de petróleo em sua

plataforma continental, eleva a possibilidade da existência também em STP. Tendo em vista, a falta de capacidade de exploração e exploração de petróleo de STP o elevado conhecimento técnico brasileiro, a aproximação estratégica nacional brasileira pode se tornar benéfica para ambos os países.

V - Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Carlos Frederico Werner, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2017 a 2018.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

São Tomé e Príncipe (STP) é um país de língua portuguesa, componente da CPLP, e situado na costa ocidental da África. Essa costa faz parte do entorno estratégico brasileiro, e possuir certa influência sobre ela tem valor significativo para favorecer o tráfego comercial nas linhas de comunicações marítimas dessa região, vital para o nosso comércio nacional e mundial.

Particularmente no Golfo da Guiné, região onde se encontra STP, existe o registro de grande atividade de pirataria. As ações brasileiras de cooperação que minimizem esse problema são respeitadas e bem vistas internacionalmente.

A ajuda brasileira a um país membro da CPLP, favorece o relacionamento com todos os demais países membros dessa Comunidade, particularmente com Portugal, importante nação na política externa nacional.

A presença brasileira na África também favorece as relações internacionais com os Estados Unidos da América e com a China, duas das maiores potências mundiais.

A participação ativa do Brasil no cenário internacional, principalmente em regiões de grande interesse para os principais atores desse cenário, permite uma saudável barganha de interesses entre os diversos países envolvidos.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2017 a 2018?

- Condução do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais (C-FSD-FN);

- *Formação de Instrutores para condução dos C-FSD-FN dos anos posteriores;*
- *Planejamento do Curso de Especialização em Infantaria a ser conduzido no ano seguinte;*
- *Assessoramento e participação em diversos adestramentos da Unidade de Fuzileiros Navais de STP;*
- *Assessoramento direto no planejamento e na participação da Unidade de Fuzileiros Navais de STP em exercícios combinados com Portugal;*
- *Assessoramento na elaboração de um fluxo de carreira adequado ao FN de STP;*
- *Assessoramento no planejamento de adestramentos combinados entre Brasil, Portugal e STP; e*
- *Assessoramento diário e constante em questões administrativas e operativas da Unidade de Fuzileiros Navais de STP.*

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

O trabalho feito pela Marinha do Brasil em STP é reconhecido e respeitado pelos santomenses. Em contato com membros de outros países, pudemos perceber que eles também enxergam dessa forma.

A influência dos militares brasileiros é claramente percebida nas atitudes dos militares santomenses. Além disso, também é notada uma significativa influência dos nossos militares nas atitudes de diversos cidadãos de STP.

A cooperação do Brasil com STP pode ser encarada como um caso de sucesso do “Soft Power” brasileiro na política externa.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

N/C

VI - Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra (Fuzileiro Naval) Marcelo Augusto Teixeira, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2018 a 2019.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

Creio que a cooperação militar com São Tomé e Príncipe teve vários fatores motivadores. O primeiro, sem dúvida alguma, o fato de o Golfo da Guiné estar presente no entorno estratégico brasileiro, previsto na Estratégia Nacional de Defesa. Do ponto de vista estratégico, as ilhas de São Tomé e Príncipe são um “aeródromo” avançado para a costa africana, permitindo várias vantagens de ordem operacional e logística. Nesse sentido, sem dúvida alguma, a cooperação com o referido país traz vantagens estratégicas ao Brasil.

Em segundo lugar, devemos nos lembrar que São Tomé e Príncipe faz parte da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa e, do ponto de vista cultural, existe certo vínculo com as origens de nosso povo. Essa facilidade linguística aproxima Brasil e São Tomé e Príncipe e isso, do ponto de vista político e estratégico pode favorecer o país, pois no concerto das nações, pelo menos na Assembleia Geral, o voto de todos os países tem o mesmo peso.

Em terceiro lugar, houve um pedido do Comandante da Guarda Costeira de STP ao Comandante da Marinha do Brasil e esse aspecto, sem dúvida alguma, teve um peso considerável.

Agora, quando vamos tratar do por quê essa cooperação ter iniciado por meio de um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais e não por uma missão naval, primeiramente, creio que a resposta esteja ligada especificamente ao pedido de STP. Eles pediram cooperação para a criação de uma Unidade de Fuzileiros Navais. Dessa forma, do ponto de vista técnico, o ator principal, dentro da Marinha, seria o próprio Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. O GAT-FN é a solução do CGCFN para cooperar com outros países na área militar e, sem dúvida alguma, tem surtido excelente efeito. É interessante notar que o GAT-FN ampliou a cooperação, tanto que lá foi instalado um Núcleo de Missão Naval.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2018 a 2019?

As assessorias foram muitas.

Na área política, foi confeccionada uma minuta de Estatuto do Corpo de Fuzileiros Navais de STP e entregue ao Comandante da Unidade de Fuzileiros Navais. Esse estatuto, visava proporcionar a continuidade e sobrevivência do CFN em STP, e manter uma tropa motivada para o exercício de suas funções.

Na área estratégica, foi confeccionado um Plano Estratégico para o CFN de STP, com objetivos estratégicos e ações estratégicas bem definidas, ao longo do tempo, para que o CFN de STP pudesse alcançar uma estatura compatível com o país.

Na área operacional, foi desenvolvido um manual de abordagem em conjunto com militares de Portugal. Esse manual permitiu a padronização de procedimentos de abordagem para que a Guarda Costeira de STP pudesse defender seu mar territorial.

Na área tática, a Unidade de Fuzileiros Navais foi organizada em pelotões e Estado-Maior e foi apresentado ao seu Comandante um Plano de Adestramento Anual, compatível com a realidade do país e com o efetivo da tropa de fuzileiros navais.

Na área administrativa, foi estabelecido um processo seletivo, com edital, para a realização do Curso de Especialização de Infantaria para Fuzileiros Navais, finalidade principal do GAT-V, o que permitiu a transmissão de expertise na área de Pessoal e Ensino.

No campo material, foram doadas Equipagens Individuais de Combate para o efetivo de um Pelotão (30 militares), além de fardamentos e outros itens operativos importantes para a Unidade de Fuzileiros Navais.

Entretanto, o mais significativo, sem dúvida alguma, foi transmitir uma ideia relativa a autonomia e independência, a medida que, além de ministrar o Curso, o GAT-V preparou instrutores para que futuramente eles mesmos passassem a formar os seus soldados, o que aconteceu mais tarde.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

Sem dúvida, do ponto de vista político e militar, São Tomé e Príncipe tem uma excelente impressão do Brasil. Na área militar, pudemos colocar a “marca brasileira” de

profissionalismo, humanidade e visão estratégica. Isso foi muito importante, pois STP tem uma sociedade muito ligada à questões de vantagens políticas e interesses pessoais.

Contudo, tratando-se de um país pobre, outras cooperações deveriam complementar a cooperação militar entre Brasil e STP, de forma a estreitar mais os laços entre as duas nações, principalmente na área de formação técnico-profissional.

Apenas a cooperação militar não é capaz de trazer vantagens na política externa para o Brasil, mas já é um grande passo.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

O GAT-FN-STP tem um papel importante para o Estado brasileiro. Estabelece laços de fraternidade com uma outra nação e permite efetiva aproximação entre dois povos com uma ligação cultural muito estreita.

Esse “softpower” que o GAT permite ao Brasil, sem dúvida alguma facilita a participação em Exercícios Militares na costa do Golfo da Guiné como a OBANGAME-EXPRESS e justifica a presença da Marinha em águas internacionais.

Contudo, percebe-se a necessidade de ampliação da cooperação em outras áreas.

VII - Entrevista com o Capitão de Corveta (Fuzileiro Naval) Diego Luiz dos Reis, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2020 a 2021.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

O principal fator foi o interesse da Marinha do Brasil no seu entorno estratégico, o qual compreende os países do oeste da África. Nesse contexto, a oportunidade surgiu a partir das reuniões com os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Nessas reuniões, São Tomé e Príncipe demonstrou o interesse em desenvolver uma tropa vocacionada para o mar, uma vez que a quantidade de casos de pirataria no Golfo da Guiné aumentou sobremaneira.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, no período de 2020 a 2021?

O foco do GAT-FN-STP 7 foi preparação e a realização do Curso de Especialização em Infantaria para os Cabos Fuzileiros Navais. Contudo, foram realizadas as assessorias técnicas e administrativas à Unidade de Fuzileiros Navais santomense.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

As atividades realizadas contribuíram para consolidar os laços com um país que possui localização estratégica privilegiada para atender os interesses da MB na região do Golfo da Guiné. A política externa brasileira exercida na região sob a chefia do Embaixador do Brasil em STP se concentra principalmente no esforço militar realizado pelo Grupo de Assessoramento Técnico de FN e pela Missão Naval de Assessoria, cujos militares contam com instalações na própria embaixada para incrementar cursos oferecidos ao país e com presença cultural nas atividades fomentadas pela embaixada.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

A formação dos Fuzileiros Navais santomenses tem os destacado diante de seus pares de forças armadas. Tal fato tem sido percebido pelo acionamento dos Fuzileiros Navais como prioridade para resolução de problemas internos, ou seja, mesmo nos casos com possibilidade de emprego da Polícia Nacional e do Exército, o Ministro da Defesa prioriza o acionamento dos FN alegando melhor preparo para solução dos problemas.

VIII - Entrevista com o Capitão-Tenente (Fuzileiro Naval) Igor do Nascimento Mattos, Encarregado do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais junto à Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe no período de 2021 a 2022.

1) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pelo Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais, em 2021, até o momento?

Em que pese as restrições impostas pela pandemia do COVID-19, o trabalho de continuidade do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais em São Tomé e Príncipe (GAT-FN-STP) tem se estruturado em três principais eixos quais sejam o apoio na estruturação da Unidade de Fuzileiros Navais (UFN) da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe (GCSTP) através da assessoria na elaboração de ordens internas que contribuam para o melhor funcionamento dos setores da Unidade, o apoio nos adestramentos, com ênfase nos exercícios de abordagem, onde se destaca a Operação “OBANGAME EXPRESS 2021”, ocorrida em março e com a participação do NaPaOc ARAGUARI, e o apoio no curso de formação de soldados fuzileiros navais (C-FSD-FN) previsto para ocorrer em meados de junho.

Em meados de março, foi apresentado por mim ao Comandante da UFN e instrutores (próprios militares saotomenses) uma proposta de alteração do currículo do C-FSD-FN, baseado na alteração realizada pelo CIAMPA e encaminhada a DEEnsM no final do ano passado.

Além dessas atividades, o GAT-FN-STP VIII apoiou os integrantes da Missão de Assessoria Naval do Brasil em STP (MAN-STP) na doação de materiais militares e religiosos, oriundos do Brasil, e direcionados para a GCSTP e entidades religiosas locais, respectivamente.

Com relação a capacitação, foram ofertados cursos na modalidade EAD pela MB para o ano corrente, sendo já realizados os cursos de Introdução a Gestão pela Qualidade Total e de Técnicas de Adestramento pelos militares saotomenses.

No final de abril, iniciou-se o planejamento da Operação “COLOMBETA”, conduzido por mim e por um Oficial da Marinha Portuguesa. Nesta ocasião considero que houve uma troca de experiência entre Brasil-Portugal-STP, no que diz respeito ao processo de planejamento militar. Ao meu ver, foi um aspecto positivo para os militares saotomenses, uma vez que não seguiam um método de planejamento para seus exercícios.

Em se tratando de intercâmbios entre os dois países, vale ressaltar a presença de um militar saotomense (Subsargento) no CIAA realizando o Curso de Motores.

Vale ressaltar que, atualmente, UFN conta com um efetivo de 126 Fuzileiros Navais, dos quais 122 foram formados pelo GAT-FN-STP. Além do mais, já se encontra em prática a captação dos militares do meio civil para ingresso na UFN.

2) De que maneira essas atividades contribuem para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

Dentro do contexto geopolítico, pode-se afirmar que São Tomé e Príncipe (STP) tem uma localização privilegiada no Golfo da Guiné (GG), pois seu posicionamento facilita o apoio logístico nas operações em praticamente toda a costa oeste africana. O Brasil, por sua vez, tem uma estratégia marítima voltada para essa região visando ao incremento da segurança marítima através da ação de presença de navios brasileiros em prol das suas relações com os países africanos, sobretudo aqueles que compõem a CPLP, a exemplo da Operação OBANGAME EXPRESS 2021 e das Operações GUINEX e NEMO, planejadas para os meses de julho e novembro, respectivamente.

Nos últimos anos, o fluxo de embarcações no GG, desde navios mercantes até embarcações as quais praticam atividades ilícitas como a pirataria, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, crimes ambientais e pesca ilegal, é muito intenso e inseguro. É neste sentido que o Brasil, além de marcar sua presença no Atlântico Sul com seus meios, tem um papel importante na cooperação para formação das Marinhas e das Guardas Costeiras dos países do GG.

Em se tratando, particularmente, da presença brasileira em STP, desde 2014 até o presente momento, a Missão de Assessoria Naval e o Grupo de Assessoramento Técnico de FN tem corroborado com a estratégia marítima brasileira na região do GG através das atividades supracitadas.

3) Quais são as perspectivas atuais para a continuidade da cooperação e quais são os principais óbices?

Conforme já mencionado, a cooperação Brasil-STP atende aos interesses de ambos, tendo em vista a necessidade da manutenção de uma GCSTP forte, mediante os trabalhos desenvolvidos pelos militares brasileiros e outros parceiros, para estabelecer uma estratégia marítima em prol dos seus direitos em sua ZEE. Por outro lado, a presença do Brasil em alguns países africanos, quer com seus meios navais, quer com a instalação de Missões de Assessorias Navais e Grupos de Assessoramento Técnico de FN, fortalece nossas relações internacionais e, por conseguinte, favorece o nosso comércio exterior.

Portanto, é desejável a manutenção dessa parceria, pois, ao meu ver, apesar do custo elevado para manter militares da MAN-STP e do GAT-FN-STP e para enviar navios nos

exercícios combinados no GG, no longo prazo, o resultado poderá ser favorável para a economia do nosso país.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

A sinergia presente entre os militares brasileiros e a Embaixada do Brasil, representada pelo Excelentíssimo Senhor Vilmar Rogério Coutinho Júnior, tem facilitado esse trabalho de cooperação em proveito da Estratégia Marítima do Brasil no Atlântico Sul.

IX - Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra Mario Orlando de Carvalho Junior, Chefe do Núcleo da Missão de Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe no período de 2015 a 2017.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio da Missão Naval e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

O estreitamento das relações do Brasil com os países do entorno estratégico lindeiros ao Atlântico Sul.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pela Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, no período de 2015 a 2017?

Durante os dois anos de Cooperação militar, e no cumprimento de minhas atribuições à frente da Missão Naval, foi possível:

- Mapear os principais processos da Guarda Costeira santomense, propondo um programa de capacitação nas Organizações Militares do Sistema de Ensino Naval brasileiro;

- Dar continuidade na formação dos Fuzileiros Navais iniciada em 2014, prosseguindo nos anos subsequentes até 2017 com a formação da quarta turma em andamento;

- Realizar três doações de material militar contendo fardamento, material para composição de alojamentos, material de Primeiros Socorros (inclusive um desfibrilador), armamento e munição;

- Participar da redação do documento “Recomendações à Guarda Costeira”, em conjunto com os Adidos Navais dos Estados Unidos e Portugal;

- *Minutar um Acordo de Cooperação entre a Marinha do Brasil e a Guarda Costeira santomenses; e*

- *O que reputo como ponto de maior importância na Cooperação, a Assessoria na redação do documento de alto nível a “Estratégia de Segurança Marítima de São Tomé e Príncipe”.*

Dentre as atividades de apoio ao país, foram realizadas palestras, adestramentos de ferramentas de diagnóstico (SWOT) e a participação em ciclos de palestras patrocinados pela Embaixada do Brasil naquele país.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

O idioma comum, o apoio sempre prestado, e as atividades realizadas pelos representantes brasileiros naquele país contribuíram sobremaneira para o avanço das boas relações entre os dois países. O tratamento dado ao Encarregado do Núcleo sempre foi conduzido dentro da admiração e respeito à Marinha do Brasil e ao Estado Brasileiro, sendo por vezes chamado a auxiliar em alguma questão do Ministério da Defesa de STP.

4) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

Com relação a minuta do Acordo de Cooperação entre a Marinha do Brasil e a Guarda Costeira santomense não obtive notícias de sua evolução.

X - Entrevista com o Capitão de Mar e Guerra Rafael Zeque Monteiro, Chefe da Missão de Assessoria Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe no período de 2019 a 2021.

1) Sob a vossa ótica, quais foram as principais motivações para que a Marinha do Brasil iniciasse a cooperação militar naval com São Tomé e Príncipe, por meio da Missão Naval e do Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais?

Em 10 de novembro de 2010, foi firmado um Acordo de Cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe. Esse acordo tinha por objetivo promover a cooperação em assuntos de Defesa, especialmente nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços; intercâmbio de tecnologia militar; intercâmbio

de experiências e conhecimentos em áreas como busca e salvamento; educação e treinamento militar; e ajuda humanitária.

Desde a assinatura do Acordo de Cooperação em 2010, é relevante descrever a cronologia das interações entre a Marinha do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, culminando com a efetiva presença da MB em São Tomé:

- Em setembro de 2012, houve a passagem do Navio Patrulha Oceânico “Amazonas” por STP, ocasião em que o Comandante da Guarda Costeira (GCSTP) solicitou ao Adido de Defesa do Brasil em Angola e São Tomé Príncipe (AdiDefNavExAerAngSAO) apoio para a formação de pessoal;

- Em novembro de 2012, o CMG Idalécio João, então Comandante da GCSTP, esteve em visita ao Brasil, ocasião na qual foram solicitadas vagas em diversos Cursos do Sistema de Ensino Naval (SEN), dentre os quais o, CFOMA, C-Ap/C-Esp, CAOCFN e o C-Esp-GAnf;

- Em julho de 2013, a Marinha do Brasil se comprometeu em formar cerca de 120 SD-FN que comporiam a primeira Companhia de Fuzileiros Navais de São Tomé e Príncipe (CiaFuzNav de STP);

- Em março de 2014, foi estabelecido o 1º Grupo de Assessoria Técnica de Fuzileiros Navais (GAT-FN) da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe com o propósito de formar e consolidar uma Unidade de Fuzileiros Navais para a GCSTP;

- Em maio de 2015, foi estabelecido o Núcleo da Missão Naval em São Tomé e Príncipe com o propósito efetuar o levantamento das reais necessidades da Guarda Costeira, com a finalidade de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois Países, conforme já estabelecidos na Namíbia e em Cabo Verde; e

- Em novembro de 2020, o núcleo da Missão Naval teve sua categoria elevada para Missão de Assessoria Naval com aumento de seu efetivo de 02 para 04 militares.

2) Quais foram as principais atividades (assessorias, capacitações, doações, intercâmbios) desenvolvidas/conduzidas pela Missão Naval do Brasil em São Tomé e Príncipe, no período de 2019 a 2021?

a) Assessorias:

No contexto geopolítico, São Tomé e Príncipe tem uma posição estratégica de destaque e, como um país insular todo assunto ligado ao mar deve ser tomado como parte integrante da sua política nacional de segurança marítima. Nesse viés, a assessoria brasileira buscou incrementar o desenvolvimento/capacitação/estruturação da GCSTP e aos demais órgãos do

governo em assuntos relacionados à segurança marítima. Assim, posso citar os seguintes contributos da Missão Naval no âmbito da segurança marítima:

- Formação e capacitação de uma Unidade de Fuzileiros Navais para atuarem no combate dos ilícitos no mar (Board Team);

- Assessoria para Estruturação Organizacional e Funcional da Guarda Costeira com a elaboração de normas permanentes e documentos doutrinários;

- Participação ativa na elaboração da lei nº2/2018 que aprovou a Estratégia de Segurança Marítima para São Tomé e Príncipe; e

- Assessoria para Estruturação da Autoridade Marítima de STP – Nesse ponto, a Missão tem apoiado o Instituto Marítimo Portuário (IMAP), que é um dos órgãos do Governo participante do Sistema da Autoridade Marítima na capacitação de seus Inspectores Navais.

b) Capacitações:

Em 2019, foi introduzido o ensino na modalidade a distância (EAD) para tentar mitigar problemas quanto a falta de recursos financeiros, mobilidade e distanciamento prolongado, e incrementar a qualificação dos militares da Guarda Costeira, oferecendo demais cursos do Sistema de Ensino Naval, em complemento as bolsas já oferecidos na modalidade presencial.

Ainda em 2019, foi realizado o primeiro Curso de Formação de Marinheiros, em complemento a formação dos militares oriundos do Serviço Militar Obrigatório. Esse curso foi desenvolvido e executado pelo núcleo da Missão Naval, contando com o apoio do NRP Zaire da Marinha Portuguesa.

Com o EAD, em 2020 foi possível qualificar militares para atuarem na prevenção a proliferação do COVID-19, com a participação no Estágio Qualificação Técnica Especial contra a Proliferação do COVID-19 (E-QTEsp-COVID-19); foi incrementado o conhecimento em assuntos ligados a busca e salvamento marítimo com a participação no Curso Expedido Básico de Busca e Salvamento (C-Exp-BAS-SAR-EAD), além de permitir a qualificação de militares em ferramentas de Gestão com a participação no Curso Expedido de Iniciação a Gestão por Excelência (C-Exp-IMGEX-EAD), Curso Expedido Ferramentas Gestão por Excelência (C-Exp-FEGGEXCEL-PR-EAD) e no Curso Expedido de Indicadores de Desempenho (C-Exp-INDIC-PR-EAD), os quais serão fundamentais para a implementação de uma Cultura de Gestão tão necessária para o desenvolvimento sustentável da GCSTP.

Com ensino presencial no Brasil, foram oferecidas as seguintes formações: Curso de Aperfeiçoamento em Infantaria, Curso de Habilitação a Sargento, Curso de Especialização

em Eletricidade, Curso de Especialização de Manobra e Reparos, Curso de Especialização em Escrita e Curso de Especialização em Motores.

Além disso, o GAT-FN planejou e supervisionou o Curso de Especialização em Infantaria (C-Espc-IF) e o Curso de Formação de Soldados (C-FSD), ambos executados por instrutores da GCSTP formados pela Cooperação Brasileira.

c) Doações

Nesse período foram realizadas duas cerimônias de doação de material para a GCSTP. Destaca-se: Fardamentos diversos, Equipamentos operativos para a Unidade de Fuzileiros Navais (barracas, lonas, cantis, bussolas, GPS, sacos VO, munição de festim, cassetetes e escudos), coletes salva-vidas e palamentas de rancho.

d) Intercâmbios

A passagem anual de um Navio Patrulha da MB, em proveito do Exercício OBANGAME EXPRESS no Golfo da Guiné, proporcionou a Missão Naval conduzir diversos intercâmbios a bordo, em diversas áreas, em prol do adestramento dos militares da GCSTP, sendo uma importante ferramenta de apoio, além de reforçar os laços diplomáticos que unem os dois países e o protagonismo brasileiro na CPLP.

3) De que maneira essas atividades contribuíram para o relacionamento entre os dois países e, por conseguinte, para a política externa brasileira na costa atlântica da África e no Golfo da Guiné?

O Brasil vem procurando firmar sua posição de liderança no hemisfério Sul; principalmente no seu entorno estratégico. A presença brasileira junto aos países da África Ocidental há algum tempo deixou de ser discursiva, e cada vez mais se materializada com a assinatura de acordos de cooperação em diversas áreas de interesse com destaque para assuntos ligados a Defesa.

Assim, posso destacar as seguintes ações concretas do Brasil para contribuição da segurança no Golfo da Guiné:

- Implementação de Missão de Assessoria Naval, objetivando contribuir com a formação, capacitação e desenvolvimento de outras Marinhas. Hoje, três países africanos contam com essa Missão: Namíbia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe;

- Participação com militares no Centro de Coordenação Inter-regional em Camarões, que é um fórum voltado para proteção e segurança marítima na África Central e Ocidental;

- Participações com meios navais em exercícios multinacionais como a *Obangame Express* e *GranÁfricaNemo*, com o propósito de adestrar as *Marinhas Amigas* dos países africanos da costa ocidental, para o enfrentamento à insegurança marítima da região do Golfo da Guiné; e

- Fomenta a revitalização da ZOPACAS inclusive, no dia 27 outubro de 2020, foi realizado um *Simpósio Virtual* que reuniu representantes diplomáticos e militares dos países membros, representantes dos demais países amigos e do meio acadêmico e da mídia em geral que estimulou o debate sobre cooperação em segurança marítima e ambiental no Atlântico Sul, a consolidação de uma identidade sul-atlântica em prol da paz, cooperação e governança no mar, e o fortalecimento de laços comerciais de interesse dos países da Região.

Assim, o contributo do Brasil no fortalecimento/desenvolvimento de uma GC-STP capaz de garantir a sua soberania nacional, estará indiretamente garantido a segurança do entorno estratégico Brasileiro.

4) Quais são as perspectivas atuais para a continuidade da cooperação e quais são os principais óbices?

Hoje, o maior desafio da Missão Naval está sendo lidar com a escassez de recursos de toda ordem. São Tomé e Príncipe, como o resto do mundo, vem sofrendo com a pandemia do COVID-19. Então, os limitados recursos estão sendo canalizados para o combate e prevenção da pandemia, impedindo o investimento na área da defesa. Diante dessa realidade, está sendo desenvolvido/trabalhado a implementação de uma *Cultura de Gestão* que possibilite o desenvolvimento sustentável da GCSTP, tanto administrativamente quanto operativamente.

Com a presença mais efetiva da Missão Naval dentro das dependências da GCSTP, com um efetivo maior desde o final de 2020 (01 Oficial Superior e 04 Suboficiais), está sendo desenvolvido um plano de trabalho focado nos seguintes temas principais:

- Desenvolvimento de uma consciência marítima entre os militares, além de incrementar o aspecto Marinheiro da GCSTP como um todo;
- Elaboração de um plano de manutenção de meios;
- Elaboração de um programa de adestramento; e
- Elaboração de normas e procedimentos operativos/administrativos.

Importante comentar também a parceria estabelecida entre Brasil e Portugal pois, são países amigos que podem eventualmente desenvolver estratégias diversas na CPLP, na

cooperação em defesa, independentemente das posições respectivamente, sul e norte - atlânticas de Brasil e Portugal. Essa dinâmica de cooperação de Defesa entre Brasil e Portugal na CPLP é crescente e favorece o estabelecimento de parcerias cada vez mais efetivas visando, principalmente, evitar a superposição de esforços e investimentos. Com relação à dinâmica de cooperação com os países da CPLP, o Brasil vem procurando fortalecer, em razão de seu extenso litoral, sua posição de liderança no Atlântico Sul, com programas de cooperação nas diversas áreas.

Em 2017, os Estados Maiores da Armada do Brasil e de Portugal firmaram um protocolo de intenções para cooperarem conjuntamente em diversas áreas e, fruto desse protocolo, foi elaborado um Plano de Emprego Combinado para emprego do NRP Zaire combinado com o GAT-FN, inicialmente em prol da melhoria do adestramento dos Fuzileiros Navais da GCSTP e atualmente também servindo de plataforma para a formação marinheira.

5) Poderia acrescentar alguma consideração não abordada nas perguntas supramencionadas e que possam contribuir para a presente pesquisa?

Acho relevante pontuar que a defesa do território nacional brasileiro e o do seu entorno estratégico estão pautados na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END), que são os documentos de mais alto nível voltados para o planejamento de ações destinadas à defesa do país, aonde estão estabelecidos os objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.

Nesse ínterim, a PND e a END estabelecem como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que contempla, como regiões marítimas, a Antártica e o Atlântico Sul, incluindo os países da costa ocidental africana.

Embora o Atlântico Sul seja, no contexto global, estratégica e economicamente periférico – com tendência a aumentar sua importância no médio prazo, principalmente, pelo incremento da produção de petróleo nas suas áreas marítimas –, ele é fundamental no contexto regional e local, principalmente para o Brasil, que o vê não apenas como fonte de riquezas e via de comunicação, mas também como veículo de integração regional e projeção para além deste espaço.

Assim, o Brasil vem envidando esforços para ser o principal Estado no protagonismo das ações no Atlântico Sul e vejo na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a principal ferramenta para estimular o fortalecimento de laços comerciais de interesse e hoje principalmente em assuntos ligados a defesa.*

Faço aqui uma breve introdução sobre a ZOPACAS:

**Estabelecida pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de uma proposta brasileira, a ZOPACAS é integrada hoje por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.*

Tinha como objetivo blindar os países em desenvolvimento dessa região das tensões e rivalidades Leste-Oeste oriundas da Guerra Fria, visando preservar as relações econômicas e políticas entre eles. Com o fortalecimento do multilateralismo, a reunião de países africanos e sul-americanos no entorno do Atlântico Sul foi vista como uma possibilidade de contribuição para uma multipolaridade cooperativa, visando a paz sustentável.

Desde sua criação, foram realizadas sete Reuniões Ministeriais: Rio de Janeiro (1988), Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998), Luanda (2007) e Montevideu (2013). Nesta última reunião foi assinada a Declaração de Montevideu, por meio da qual os países concordaram em reunir-se anualmente à margem da Assembleia Geral da ONU para discutir ações futuras e revisar o progresso alcançado, além de ter sido criado o Grupo de Contato, responsável por acompanhar a implementação das decisões acordadas e coordenar sobre temas relevantes para a zona de paz e cooperação.

A ZOPACAS surgiu em um momento de atenção renovada por parte das grandes potências para o Atlântico Sul e os países do seu entorno, tanto pela Guerra das Malvinas (1982) quanto pelos processos de independência tardios na África. Manter a região como uma zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa foi visto como um importante componente para a manutenção da paz no Atlântico Sul, objetivo este formalizado pelos países da ZOPACAS por meio de tratados regionais distintos: o Tratado de Tlatelolco (1967), para a América Latina e Caribe, o Tratado da Antártida (1959), para o continente antártico, e o Tratado de Pelindaba (1996), para a África.

**ANEXO - EXTRATO DO CORREIO ELETRÔNICO DO COMANDANTE DA
GUARDA COSTEIRA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ENVIADO AO COMANDANTE
DA MARINHA DO BRASIL EM 27 DE JULHO DE 2013**

“Excelentíssimo Senhor

Almirante-de-Esquadra JULIO SOARES DE MOURA NETO, CMDT DA MARINHA DO
BRASIL

Excelência;

Inicialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para expressar nos seguintes pontos:

1º- Manifestar a minha satisfação pela gentileza da vossa parte em convidar para participar na LAAD Defense & Security 2013 (LAAD 2013), realizado no Rio de Janeiro, no período de 9 a 12 de abril de 2013.

2º- Manifestar de igual modo, as minhas sinceras desculpas pelo fato em última hora, ter cancelado a viagem. O fato deveu-se na apreensão de 2 navios petroleiros pela GCSTP, nas atividades ilícitas nas nossas ZEE, e por sua vez deu origem a um processo jurídico nas barras de tribunais onde porém saímos vitoriosos.

A GCSTP sente-se honrada em poder VRF a evolução na área de cooperação estreitando-se cada vez mais o laço de amizade unindo as marinhas e seus dois povos.

Caro homólogo e amigo.

Inicialmente, não gostaria de frisar o meu propósito nesta missiva sem ter que primeiramente dizer o quão importante uma Guarda Costeira forte, num país que se disponha de litoral em grande extensão que não identifique interesses no mar, onde devemos pensar numa política de Estratégia Marítima e Poder Naval nos mares, que prepare e empregue convenientemente o poder marítimo. Por mencionar no poder naval e nos mares, onde têm sido o caminho natural das forças coercivas durante as crises, torna-se fundamental dispor-se de UM PODER NAVAL, braço armado do Poder Marítimo, destinado a defender os interesses da nação no mar e, ali garantir-lhe a integridade a soberania e capaz de assegurar um patamar de dissuasão compatível com o vulto dos interesses em jogo.

Conforme acordado no último III Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), numa das recomendações elencadas na ata, Recomendação nº 11, em que passo a citar: “A Marinha do Brasil e a Marinha Portuguesa disponibilizam equipes modulares para ações no âmbito de:

-Treino orientado ao desenvolvimento da capacitação no exercício das funções da guarda costeira (vigilância de espaços marítimos e exercício da autoridade no Estado do mar)”fim da citação.

A minha intenção

Do ponto de vista da capacidade de emprego, a nossa Guarda Costeira não pode realizar, em certa medida, qualquer das tarefas básicas inerentes ao Poder Naval, tais como: Controle da Área Marítima, Negar o uso do Mar, Projetar o poder sobre a Terra e na Contribuição para a Dissuasão, sem por esta ter uma Força Operacional no mar, chamada Força de Fuzileiros Navais.

Face ao exposto, assim como a MB hoje faz parte do historial da M. de Namíbia, como mentor na criação e capacitação de Forças de Fuzileiros, vem mui respeitosamente formular um convite a Marinha do Brasil, na criação de uma Unidade de Fuzileiros Navais, do Escalão uma CiaFuzNav em STP, viabilizando no envio da equipa de instrução a STP, onde poderá se juntar aos nossos corpos discentes que neste momento encontram-se formando no CIASC CFN.

No entanto, coloco à disposição de V. Excia, para esta coordenação, o atual ponto de contato da GCSTP, 1º Tenente FN Tomé Sousa.

Aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração, fazendo votos no seu sucesso profissional.

Cordialmente,

IDALÉCIO JOÃO

Capitão de Fragata

Comandante da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe”